



JUCESP PROTOCOLO
0.476.263/16-5



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Entre

RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

como emissora,

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

como agente fiduciário

Datado de 16 de maio de 2016

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o código CVM nº 23744, categoria B, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.499, 19º andar, Bela Vista, CEP 01311-200, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 19.133.012/0001-12 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.458.371, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures desta 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora (respectivamente, "Agente Fiduciário", "Debenturistas" e, individual e indistintamente, "Debenturista")

Sendo a Emissora e o Agente Fiduciário denominados em conjunto como "Partes", e, individual e indistintamente, como "Parte", vêm por meio desta e na melhor forma de direito celebrar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em até 3 (Três) Séries, da Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.*" (respectivamente, "Escritura", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – DAS AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Emissão, a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2686" e "Oferta Restrita", respectivamente), a outorga das Garantias (conforme definido no item 4.18.1. abaixo), bem como a celebração desta Escritura e dos Contratos de Cessão Fiduciária (conforme definido no item 4.18. abaixo), conforme incisos X e XII do estatuto social da Emissora, são realizadas com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 16 de maio de 2016 ("RCA"), conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo

59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada em observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A oferta pública de distribuição das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.2. Por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" ("Código ANBIMA"), atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, sendo tal registro condicionado à expedição, até a data da comunicação de encerramento da Oferta Restrita pelo Coordenador Líder (conforme definido no item 4.5.1. abaixo) à CVM, de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do Código ANBIMA.

2.2. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.2.1. A ata da RCA será arquivada na JUCESP, e publicada: (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"); e (ii) jornal "O Dia SP", de acordo com o artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento desta Escritura

2.3.1. A presente Escritura será arquivada na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP, tempestivamente após a data de obtenção dos referidos registros.

2.4. Aditamento à Escritura

2.4.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura, com exceção daqueles previstos nos itens 3.5.2., 4.4.2.1. e 4.6.4. abaixo, deverão ser firmados pelas Partes, após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula VII abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP, nos termos do §3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.5. **Registro dos Contratos de Garantia**

2.5.1. Os Direitos Creditórios (conforme definido no item 3.7.1. abaixo) objeto das Garantias (conforme definido no item 4.18. abaixo) serão adquiridos pela Emissora conforme descrito no item 3.7. abaixo, e a sua cessão fiduciária em garantia das Debêntures será formalizada por meio da celebração dos Contratos de Cessão Fiduciária (conforme definido no item 4.18.1. abaixo), sendo que o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta Recebedora e cada um dos Contratos de Cessão Fiduciária serão, obrigatória e individualmente, registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em até 20 (vinte) dias contados da data de sua assinatura.

2.6. **Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**

2.6.1. As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito no item 2.6.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados, nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 ("Instrução CVM 554" e "Instrução CVM 539", respectivamente) depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. **Objeto Social da Emissora**

3.1.1. De acordo com o artigo 4º do seu estatuto social, a Emissora tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos

imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhia hipotecárias, entre outros; (b) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (d) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

3.1.1.1. Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (a) gestão e administração dos créditos financeiros supracitados; (b) a aquisição e a alienação de títulos representativos de créditos financeiros; (c) a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão no mercado financeiro e de capitais; (d) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização; (e) a realização de operações nos mercados de derivativos visando à cobertura de riscos; e (f) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos.

3.2. **Número da Emissão**

3.2.1. A presente Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora ("Terceira Emissão").

3.3. **Valor Total da Emissão**

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) ("Valor Total da Emissão") na Data de Emissão (conforme definida abaixo), sendo: (i) R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) correspondente às Debêntures da primeira série ("Primeira Série"); (ii) R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) correspondente às Debêntures da segunda série ("Segunda Série"); e (iii) R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) correspondente às Debêntures da terceira série ("Terceira Série").

3.4. **Série**

3.4.1. A Emissão será realizada em até 3 (três) séries (em conjunto "Séries" e, cada uma, individual e indistintamente "Série"), observado o disposto nos itens 4.6.3. e 4.6.3.1. abaixo.

3.5. **Quantidade de Debêntures**

3.5.1. Serão emitidas 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) Debêntures, sendo: (i) 1.000.000 (um milhão) de Debêntures da Primeira Série; (ii) 300.000 (trezentas mil) Debêntures da Segunda Série; e (iii) 300.000 (trezentas mil) Debêntures da Terceira Série.

3.5.2. A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura, nos termos do Anexo 2, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da Data Limite de Integralização (conforme definido no item 4.6.2. abaixo), sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer outro ato societário da Emissora, para formalizar a quantidade de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas em cada uma das Séries, cancelando o saldo de debêntures não colocadas, o valor total de cada uma das Séries, bem como o Valor Total da Emissão.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador

3.6.1. O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setúbal, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Itaú Unibanco" ou "Banco Liquidante") e o escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar – parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos oriundos da Emissão serão destinados da seguinte forma:

- (a) Os recursos oriundos da integralização das Debêntures da Primeira Série serão destinados, na seguinte ordem de prioridade: (i) para o pagamento dos valores correspondentes aos custos totais da Oferta Restrita (conforme descritos na tabela "A" do Anexo 3), a qual será calculada de forma *pro rata* entre as Séries ("Custos da Oferta Restrita"); (ii) para preenchimento do valor mínimo do Fundo de Custeio (conforme definido alínea "(b)" do item 4.15.2. abaixo) da Primeira Série, descrito no item 4.15.2.2. abaixo; e (iii) para a aquisição de carteiras de direitos creditórios, recebíveis e demais créditos não performados (incluindo *distressed assets* e *non performing loans*) detidas exclusivamente pelo Itaú Unibanco ou sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Itaú Unibanco, originados de operações de: (a) empréstimos e/ou financiamentos para o consumo; (b) dívidas de cartões de crédito; (c) dívidas com lastro em hipotecas e alienação fiduciária; (d) empréstimos para pequenas e médias empresas; (e) financiamento de investimento em bens de capital de empresas; (f) financiamento de veículos ou *leasing*; e (g) outros créditos não performados originados de oportunidades especiais de investimento, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN 2686, a serem adquiridos pela Emissora em leilões públicos ou privados e/ou negociações bilaterais ("Direitos Creditórios Primeira Série"), sendo certo que os Direitos Creditórios Primeira Série adquiridos observarão os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no item 3.7.4 abaixo;

- (b) Os recursos oriundos da integralização das Debêntures da Segunda Série serão destinados, na seguinte ordem de prioridade: (i) para o pagamento dos valores correspondentes aos Custos da Oferta Restrita; (ii) para constituição do Fundo de Custeio (conforme definido alínea "(b)" do item 4.15.2. abaixo) da Segunda Série, descrito no item 4.15.2.2. abaixo; e (iii) para a aquisição de carteiras de direitos creditórios, recebíveis e demais créditos não performados (incluindo *distressed assets* e *non performing loans*) originados de operações de: (a) empréstimos e/ou financiamentos para o consumo; (b) dívidas de cartões de crédito; (c) dívidas com lastro em hipotecas e alienação fiduciária; (d) empréstimos para pequenas e médias empresas; (e) financiamento de investimento em bens de capital de empresas; (f) financiamento de veículos ou *leasing*; e (g) outros créditos não performados originados de oportunidades especiais de investimento, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN 2686, a serem adquiridos pela Emissora em leilões públicos ou privados e/ou negociações bilaterais ("Direitos Creditórios Segunda Série"), sendo certo que os Direitos Creditórios Segunda Série adquiridos observarão os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no item 3.7.4 abaixo; e
- (c) Os recursos oriundos da integralização das Debêntures da Terceira Série serão destinados, na seguinte ordem de prioridade: (i) para o pagamento dos valores correspondentes aos Custos da Oferta Restrita; (ii) para constituição do Fundo de Custeio (conforme definido na alínea "(b)" do item 4.15.2. abaixo) da Terceira Série, descrito no item 4.15.2.2. abaixo; e (iii) para a aquisição de carteiras de direitos creditórios, recebíveis e demais créditos não performados (incluindo *distressed assets* e *non performing loans*) originados de operações de: (a) empréstimos e/ou financiamentos para o consumo; (b) dívidas de cartões de crédito; (c) dívidas com lastro em hipotecas e alienação fiduciária; (d) empréstimos para pequenas e médias empresas; (e) financiamento de investimento em bens de capital de empresas; (f) financiamento de veículos ou *leasing*; e (g) outros créditos não performados originados de oportunidades especiais de investimento, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN 2686, a serem adquiridos pela Emissora em leilões públicos ou privados e/ou negociações bilaterais ("Direitos Creditórios Terceira Série" e, em conjunto com os Direitos Creditórios Segunda Série e os Direitos Creditórios Primeira Série, referidos em conjunto como "Direitos Creditórios"), sendo certo que os Direitos Creditórios Terceira Série adquiridos observarão os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no item 3.7.4 abaixo.

3.7.1.1. Os Direitos Creditórios serão adquiridos, até a Data Limite de Integralização (conforme definido item 4.6.2. abaixo), conforme surgimento de oportunidades de aquisição e desde que atendam os Critérios de Elegibilidade previstos no item 3.7.4. abaixo.

3.7.2. Os Direitos Creditórios Primeira Série serão cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures da Primeira Série, os Direitos Creditórios Segunda Série serão cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures da Segunda Série e os Direitos Creditórios Terceira Série serão cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures da Terceira Série, conforme disposto nas letras "(B)", "(C)" e "(D)" do item 4.14.1. abaixo.

3.7.3. O eventual montante excedente entre os recursos recebidos com as Debêntures da respectiva Série e as aquisições dos Direitos Creditórios deverá ser transferido pela Emissora para a Conta Vinculada (conforme definido no item 4.18.1 abaixo) da respectiva Série, para constituição do Fundo de Custeio (conforme definido na alínea "(b)" do item 4.18.2. abaixo) da respectiva Série.

3.7.4. Fica desde já acertado entre as Partes que a Emissora somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade de pessoas jurídicas, sociedades em geral ou universalidades de direito, incluindo fundos de investimento no momento da respectiva cessão e/ou aquisição. Previamente à cessão e/ou aquisição dos Direitos Creditórios pela Emissora, o Agente de Cobrança (conforme definido no item 3.8.1. abaixo) verificará se os Direitos Creditórios atendem e observam, cumulativamente, os seguintes critérios de elegibilidade, os quais deverão ser observados com relação a cada uma das Séries individualmente ("Critérios de Elegibilidade"):

- (i) o total de Direitos Creditórios devidos por um mesmo devedor não poderá corresponder a mais que 7,5% (sete e meio por cento) do valor total da carteira adquirida com os recursos oriundos da respectiva Série;
- (ii) créditos vencidos e não pagos devem representar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos Direitos Creditórios que vierem a ser adquiridos com recursos oriundos da respectiva Série; e

(iii) observado o item 3.7.4.1. abaixo, os Direitos Creditórios não devem ser relacionados a nenhuma das seguintes atividades (cada atividade, uma "Atividade Excluída"):

- a. produção ou comércio de qualquer produto ou atividade considerada ilícita sob as leis do país sede ou regulamentos ou convenções e acordos internacionais, ou que esteja sujeita às proibições internacionais, tais como produtos farmacêuticos, pesticidas/herbicidas, substâncias destruidoras de ozônio, PCBs (bifenilos policlorados), fauna ou produtos regulados pelo CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção);
- b. produção ou comercialização de armas e munições. Esta disposição não se aplica aos patrocinadores de projetos que não estejam envolvidos de forma relevante em tais atividades. Para fins deste item, a expressão "não estejam envolvidos de forma relevante" significa que a atividade em questão é secundária para as operações principais do patrocinador do projeto;

- c. produção ou comercialização de bebidas alcoólicas (excluindo cerveja e vinho). Esta disposição não se aplica aos patrocinadores de projetos que não estejam envolvidos de forma relevante em tais atividades. Para fins deste item, a expressão "não estejam envolvidos de forma relevante" significa que a atividade em questão é secundária para as operações principais do patrocinador do projeto;
- d. produção ou comercialização de tabaco. Esta disposição não se aplica aos patrocinadores de projetos que não estejam envolvidos de forma relevante em tais atividades. Para fins deste item, a expressão "não estejam envolvidos de forma relevante" significa que a atividade em questão é secundária para as operações principais do patrocinador do projeto;
- e. jogos de azar, cassinos ou empreendimentos semelhantes. Esta disposição não se aplica aos patrocinadores de projetos que não estejam envolvidos de forma relevante em tais atividades. Para fins deste item, a expressão "não estejam envolvidos de forma relevante" significa que a atividade em questão é secundária para as operações principais do patrocinador do projeto;
- f. produção ou comercialização de materiais radioativos. Esta disposição não se aplica à compra de equipamentos médicos, equipamentos de controle de qualidade (medição) e qualquer equipamento no qual o *International Finance Corporation* ("IFC") considere a fonte radioativa insignificante ou adequadamente protegida;
- g. produção ou comercialização de fibras não aderentes de amianto. Esta disposição não se aplica à compra e utilização de revestimentos de cimento com amianto aderente onde o conteúdo de amianto seja inferior a 20% (vinte por cento);
- h. pesca com rede à deriva no ambiente marinho mediante utilização de redes de pesca de comprimento superior a 2,5km;
- i. produção ou atividades envolvendo formas forçadas/nocivas de trabalho infantil forçado/nocivo. Para fins deste item, as expressões "trabalho infantil forçado" e "trabalho infantil nocivo" significam, respectivamente: (i) todo trabalho ou serviço, executado de forma não voluntária, que seja obtido de um indivíduo sob ameaça de uso de força ou punição; e (ii) o emprego de crianças;
- j. operações de extração comercial de madeira para uso primário na floresta tropical úmida; e
- k. produção ou comercialização de madeira ou outros produtos florestais que não sejam oriundos de florestas sustentáveis.

3.7.4.1. Caso após a sua aquisição, seja verificado que qualquer Direito Creditório adquirido com recursos oriundos da integralização das Debêntures é relacionado a uma Atividade Excluída, a Emissora alienará referido Direito Creditório, enviando seus melhores esforços para fazê-lo no menor prazo possível.

3.7.4.2. O Agente de Cobrança (conforme definido no item 3.8.1. abaixo), declarou e garantiu à Emissora que, na aquisição dos Direitos Creditórios, observará os Critérios de Elegibilidade.

3.8. Agente de Cobrança

3.8.1. A Recovery do Brasil Consultoria S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.499, 19º andar, sala 1, Bela Vista, CEP 01311-200, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.032.035/0001-26 ("Agente de Cobrança") efetuará, dentre outras funções, a cobrança dos Direitos Creditórios, nos termos do "Acordo Geral de Cobrança" celebrado entre a Emissora e o Agente de Cobrança, conforme consolidado em 1º de outubro de 2015 ("Contrato de Cobrança").

3.8.2. A Emissora declara para os devidos fins que, nos termos do Contrato de Cobrança, o Agente de Cobrança fará jus ao recebimento de: (i) remuneração de sucesso, devida exclusivamente no caso de recebimento dos Direitos Creditórios ("Remuneração de Sucesso"); e (ii) remuneração fixa mensal, conforme definido no Anexo 3 desta Escritura.

CLÁUSULA IV – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de maio de 2016 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures e Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário") na Data de Emissão.

4.2.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.3.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.4. **Espécie**

4.4.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei de Sociedades por Ações, a ser convolada na espécie com garantia real, nos termos do item 4.4.2. abaixo.

4.4.2. As Debêntures de cada Série passarão a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, no momento em que a respectiva Condição Suspensiva (conforme definido no item 4.18.6. abaixo) for implementada.

4.4.2.1. A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a celebrar aditamentos a esta Escritura para cada Série das Debêntures, nos termos do Anexo 1, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário acerca da implementação de cada Condição Suspensiva (conforme definido no item 4.18.6. abaixo) sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer outro ato societário da Emissora, para formalizar a convalidação da espécie das Debêntures de cada Série, de quirografária para a espécie com garantia real.

4.5. **Regime de Colocação**

4.5.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob regime de melhores esforços de distribuição, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder") e de acordo com os procedimentos da CETIP e o disposto nesta Escritura.

4.5.1.1. Considerando o regime de melhores esforços de distribuição com relação à totalidade das Debêntures e a admissão da distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, observado o artigo 5º-A da Instrução CVM 476, não há nenhuma garantia de que as Debêntures serão efetivamente colocadas no mercado. Não há uma quantidade mínima de Debêntures que deverá ser subscrita para que seja mantida a Oferta Restrita.

4.5.1.2. O investidor poderá, no ato de aceitação, condicionar sua adesão a que haja colocação, a exclusivo critério do investidor: (a) da totalidade das Debêntures da respectiva Série ofertadas; ou (b) de uma proporção ou quantidade mínima de

Debêntures originalmente objeto da respectiva Série. No caso da alínea (b), o investidor deverá, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Debêntures por ele subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre o número de Debêntures efetivamente colocadas e o número de Debêntures originalmente ofertadas, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade das Debêntures por ele subscritas, sendo certo que caso: (i) indicada condição para a adesão pelo investidor; (ii) o investidor indique que não pretende receber a totalidade das Debêntures por ele subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre o número de Debêntures efetivamente distribuídas e o número de Debêntures originalmente ofertadas; e (iii) o investidor já tenha efetuado o pagamento do preço de integralização; as respectivas Debêntures deverão ser resgatadas pelo Valor Nominal Unitário sem acréscimo de juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes, e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição.

4.5.1.3. Se até o final do Prazo de Colocação (conforme definido no item 4.6.1. abaixo), as Debêntures não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas, o eventual saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta Restrita será cancelado pela Emissora por meio de aditamento à Escritura, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas. O Coordenador Líder não se responsabilizará pelo saldo não colocado.

4.5.2. O público alvo da Oferta Restrita é exclusivamente composto por investidores profissionais, nos termos da Instrução CVM 539 ("Investidores Profissionais").

4.5.3. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476, sendo certo que fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites acima.

4.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM 476, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Profissional e estar ciente, entre outras coisas, que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e/ou ANBIMA, se aplicável; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura; e (iii) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definido no item 4.18.1 abaixo).

4.5.5. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores para esta Emissão por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.5.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, até 1 (um) Dia Útil contado de tal contato, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.5.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em subscrever Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.5.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.5.9. A alocação das Debêntures entre os Investidores Profissionais será realizada de acordo com as decisões tomadas, em comum acordo, entre a Emissora e o Coordenador Líder.

4.5.10. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

4.6. **Preço e Forma de Subscrição e Integralização**

4.6.1. As Debêntures de cada Série serão subscritas e integralizadas dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da Data de Emissão ("Prazo de Colocação"), pelo seu Valor Nominal Unitário, na primeira Data de Integralização (conforme definido no item 4.6.2.1. abaixo) ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido no item 4.10. abaixo), nas demais Datas de Integralização (conforme definido no item 4.6.2.1. abaixo) ("Preço de Subscrição"), respeitado o atendimento dos requisitos previstos nesta Escritura.

4.6.2. Os investidores que tenham apresentado ordens de investimento no âmbito da Oferta Restrita, dentro do Prazo de Colocação, deverão subscrever e integralizar as Debêntures até o dia 16 de novembro de 2016 ("Data Limite de Integralização") pelo Preço de Subscrição, observadas as seguintes condições ("Condições para

Integralização"): (i) aquisição(ões) bem sucedida(s) dos Direitos Creditórios pela Emissora, nos termos do item 3.7.1.1. acima; (ii) não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures até a efetiva Data de Integralização (conforme definido no item 4.6.2.1. abaixo); (iii) recebimento de notificação encaminhada pela Emissora, a qualquer momento, até a Data Limite de Integralização, especificando: (a) a Data de Integralização (conforme definido no item 4.6.2.1. abaixo), observado o prazo mínimo de 1 (um) Dia Útil entre a data de recebimento da notificação e a efetiva Data de Integralização; (b) a Série, caso o Debenturista seja titular de Debêntures de mais de uma Série, e o número das Debêntures a serem integralizadas, sempre de maneira *pro rata* entre os Debenturistas de cada uma das Séries, na proporção das Debêntures objeto de sua ordem de investimento; e (c) a especificação dos Direitos Creditórios a serem adquiridos, inclusive para fins do artigo 5º da Resolução CMN 2686 ("Notificação de Integralização").

4.6.2.1. Atendidas as Condições para Integralização, o subscritor deverá realizar, na data indicada na Notificação de Integralização, a subscrição e integralização de parte ou da totalidade, conforme o caso, das Debêntures objeto de sua ordem de investimento, à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas e procedimentos de liquidação da CETIP (cada uma, individualmente, uma "Data de Integralização").

4.6.2.2. A subscrição e integralização de Debêntures deverão ocorrer em data única, sendo condição para a distribuição o depósito das Debêntures na CETIP, na forma do artigo 3º da Instrução da CVM nº 541, de 20 de dezembro de 2013, conforme alterada.

4.6.2.3. A subscrição e integralização das Debêntures serão comprovadas pelo recibo de subscrição e integralização, a ser emitido pela CETIP, evidenciando a quantidade de Debêntures subscritas e integralizadas em cada Data de Integralização.

4.6.3. As Debêntures que não forem subscritas e integralizadas até a Data Limite de Integralização, por qualquer motivo, serão canceladas.

4.6.3.1. Caso não haja subscrição e integralização de Debêntures em quaisquer das Séries até o final do Prazo de Colocação, a respectiva Série será automaticamente cancelada, sendo dispensadas para tanto as formalidades de aprovação pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas e aprovação societária pela Emissora.

4.6.4. Esta Escritura será aditada, em até 30 (trinta) dias contados da Data Limite de Integralização, nos termos do Anexo 2, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, para formalizar e ratificar o número de Debêntures subscritas e integralizadas, considerando a ocorrência de eventuais cancelamentos de Debêntures até a Data Limite de Integralização.

4.7. **Prazo de Vigência e Data de Vencimento**

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de maio de 2026 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e resgate antecipado das Debêntures.

4.8. **Apuração dos Valores Existentes nas Contas Vinculadas e do Fluxo Disponível para Pagamento das Debêntures**


4.8.1. Até o 20º (vigésimo) dia de cada mês anterior à Data de Pagamento (conforme definida abaixo) ("Data de Apuração") a Emissora deverá verificar o montante existente nas Contas Vinculadas de cada Série de modo a calcular o Fluxo Disponível (conforme definido no item 4.8.2. abaixo) para o pagamento da Remuneração e, se aplicável, do Prêmio Mínimo, da Amortização Programada e/ou da Amortização Extraordinária e do Prêmio Adicional (conforme definidos no itens 4.10.4. e 4.10.5. abaixo).

4.8.2. O valor que será utilizado para pagamento das Debêntures de cada uma das Séries deverá corresponder à razão entre: (A) o montante resultante da efetiva realização dos Direitos Creditórios da respectiva Série, no respectivo Período de Capitalização (conforme definido no item 4.10.2. abaixo), deduzidos, na forma do item 4.15.2. abaixo de (i) pagamento das despesas e encargos relativos às Debêntures da respectiva Série identificados no Anexo 3 desta Escritura; (ii) pagamento das despesas incorridas pela Emissora para realização dos Direitos Creditórios da respectiva Série, identificadas no Anexo 3 desta Escritura e (iii) dos recursos mantidos em cada uma das Contas Vinculadas (conforme definido no item 4.18.1. abaixo) da respectiva Série a título de constituição e enquadramento do Fundo de Custeio (conforme definido alínea "(b)" do item 4.15.2. abaixo) da respectiva Série; e (B) o número de Debêntures subscritas e integralizadas da respectiva Série ("Fluxo Disponível").

4.8.2.1. Não serão devidas quaisquer remunerações, compensações, juros ou correção monetária em virtude dos intervalos existentes entre a Data de Apuração e a Data de Pagamento (conforme definido no item 4.11. abaixo), exceto com relação à última Data de Apuração, a qual coincidirá com a Data de Vencimento.

4.8.2.2. Em até 2 (dois) Dias Úteis anteriores à Data de Pagamento (conforme definido no item 4.11. abaixo) a Emissora informará à CETIP se os pagamentos serão efetivamente realizados na Data de Pagamento.

4.9. **Amortização Programada do Valor Nominal Unitário**

4.9.1. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será pago em 2 (duas) parcelas, da seguinte forma, ressalvado o pagamento devido em caso de resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures ("Amortização Programada"): 

- (i) a primeira parcela será devida após 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, qual seja, em 20 de maio de 2021 ("Primeira Data de Pagamento de Amortização"), no valor correspondente à diferença entre (a) 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão e (b) a soma dos valores eventualmente pagos a título de Amortização Extraordinária desde a primeira Data de Integralização até a Primeira Data de Pagamento de Amortização; e
- (ii) a última parcela devida na Data de Vencimento no valor correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário.

4.10. Remuneração, Prêmios e Amortização Extraordinária

Remuneração

4.10.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da n-ésima Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios mensais calculados a partir da primeira Data de Integralização, na forma prevista no item 4.10.1.1. abaixo, equivalentes a um percentual p^N da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI *over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"), sendo que:

- (i) p^1 é equivalente a 106,00% (cento e seis por cento) para as Debêntures da Primeira Série;
- (ii) p^2 é equivalente a 105,50% (cento e cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) para as Debêntures da Segunda Série; e
- (iii) p^3 é equivalente a 105,00% (cento e cinco por cento) para as Debêntures da Terceira Série.

4.10.1.1. Fica desde já acertado entre as Partes que não será considerado descumprimento de obrigação pecuniária pela Emissora o não pagamento de Remuneração, ou ainda, o pagamento em valor inferior à Remuneração Alvo (conforme definidos no item 4.10.1.2. abaixo) em determinada Data de Pagamento (conforme definidos no item 4.11. abaixo), caso os referidos não pagamento ou pagamento parcial ocorram em razão da realização insuficiente dos Direitos Creditórios, sendo certo que neste caso o valor devido e não pago à título de Remuneração será acumulado e integrará o valor da parcela seguinte de pagamento de Remuneração.

4.10.1.2. A Remuneração das Debêntures da n-ésima Série, na i-ésima Data de Pagamento, será calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, e de acordo com a fórmula abaixo:

$$JP_i^N = \text{Mínimo} (\text{FluxoDisponível}_i^N; J_i^N)$$

onde:

" JP_i^N " é a Remuneração efetivamente paga aos Debenturistas da n-ésima Série, na i-ésima Data de Pagamento, e representará o menor valor entre (i) J_i^N e (ii) $\text{FluxoDisponível}_i^N$ ("Remuneração Efetiva").

" $\text{FluxoDisponível}_i^N$ " é o Fluxo Disponível por Debênture da n-ésima Série, na i-ésima Data de Apuração (conforme definido no item 4.8.2 acima);

" J_i^N " é a remuneração alvo a ser paga aos Debenturistas da n-ésima Série ("Remuneração Alvo"), na i-ésima Data de Pagamento, e será calculada da seguinte forma:

$$J_i^N = \text{SaldoPrincipal}_i^N \times (\text{FatorDI}_i^N - 1) + JNP_{i-1}^N \times \text{FatorDI}_i^N$$

onde:

" $\text{SaldoPrincipal}_i^N$ " é igual ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da n-ésima Série na respectiva Data de Emissão ($\text{SaldoPrincipal}_0^N$) ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série na i-ésima Data de Apuração, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, e conforme abaixo:

$$\text{SaldoPrincipal}_i^N = \text{SaldoPrincipal}_{i-1}^N - AM_i^N$$

onde:

" $\text{SaldoPrincipal}_{i-1}^N$ " é igual ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da n-ésima Série na respectiva Data de Emissão ($\text{SaldoPrincipal}_0^N$) ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série na Data de Apuração imediatamente anterior à i-ésima Data de Apuração, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

" AM_i^N " é a Amortização Programada ou Extraordinária, paga por Debênture aos Debenturistas da n-ésima Série na i-ésima Data de Pagamento, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

" FatorDI_i^N " é o produtório das Taxas DI-Over aplicado da primeira Data de Integralização das Debêntures da n-ésima Série ou da Data de Apuração imediatamente anterior da n-ésima Série das Debêntures, conforme o caso, inclusive, até a respectiva Data de Apuração, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma, conforme metodologia padrão da CETIP:

$$FatorDI_i^N = \prod_{k=1}^{k_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p^N}{100} \right) \right]$$

" k_{DI} " é número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do " $FatorDI_i^N$ ", sendo " k_{DI} " um número inteiro;

" k " é número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até k_{DI} ;

" TDI_k " é a Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, e apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

" DI_k " é a Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- (ii) o fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p^N}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p^N}{100} \right) \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante " $FatorDI_i^N$ " com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) o Fluxo Disponível terá o significado atribuído no item 4.8.2. acima.

" JNP_i^N " são os juros não pagos aos Debenturistas e não incorporados ao $SaldoPrincipal_{i-1}^N$ da n -ésima Série na i -ésima Data de Pagamento, correspondente à diferença positiva entre a Remuneração Alvo e a Remuneração Efetiva (JP_i^N) das Debêntures da respectiva Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, e de acordo com a fórmula abaixo:

$$JNP_i^N = J_i^N - JP_i^N$$

4.10.1.3. O período de capitalização da Remuneração para determinada Série é, para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data

de Integralização das Debêntures de cada Série, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento (conforme definido no item 4.11. abaixo), exclusive, e, para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento (conforme definido no item 4.11. abaixo) imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento subsequente, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento ou a efetiva data de pagamento em razão do resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado.

4.10.2. No caso de indisponibilidade temporária, ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.10.3. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento de qualquer dos referidos eventos ou da data em que tais eventos se tornarem públicos, Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação pelos Debenturistas da respectiva Série, de comum acordo com a Emissora, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração.

4.10.3.1. A Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 4.10.3. acima deverá ser realizada dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do edital de segunda convocação.

4.10.3.2. Caso na Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 4.10.3. acima não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração, observado o quórum de aprovação previsto no item 7.12. abaixo, a Emissora deverá proceder ao resgate das respectivas Debêntures por meio de dação em pagamento dos Direitos Creditórios a elas correspondentes aos Debenturistas (ou a quem estes indicarem), no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que tal resgate das Debêntures deverá ocorrer fora do ambiente de pagamento da CETIP.

4.10.3.3. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada a qualquer momento antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.10.3. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá estabelecer que a Taxa DI, a partir

de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.10.3.3., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura.

Prêmio Mínimo

4.10.4. Em cada Data de Pagamento (conforme definido no item 4.11. abaixo), observado o disposto nos itens 4.15. abaixo e 4.8.2. acima, a Remuneração da n-ésima Série poderá ser acrescida de um prêmio mínimo, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, e da seguinte forma ("Prêmio Mínimo"):

$$PrêmioMínimo_i^N = \text{Mínimo} (FluxoDisponível_i^N - JP_i^N ; 0,01 * JP_i^N)$$

onde:

"*PrêmioMínimo_i^N*" é o prêmio pago aos Debenturistas da n-ésima Série na i-ésima Data de Pagamento, apurado como o menor valor entre (i) o Fluxo Disponível deduzido da Remuneração Efetiva ou (ii) 0,01 (um centésimo) do "*JP_i^N*".

4.10.5. Fica desde já acertado entre as Partes que não será considerado descumprimento de obrigação pecuniária pela Emissora o não pagamento de Prêmio Mínimo, ou ainda, o pagamento em valor inferior Prêmio Mínimo em determinada Data de Pagamento, caso os referidos não pagamento ou pagamento parcial ocorram em razão da realização insuficiente dos Direitos Creditórios, sendo certo que neste caso o valor devido e não pago à título de Prêmio Mínimo não será acumulado e não integrará, em qualquer hipótese, o valor da parcela seguinte de pagamento de Remuneração.

4.10.5.1. O pagamento dos valores devidos a título de Prêmio Mínimo será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.10.5.2. A Emissora deverá comunicar à CETIP a realização do pagamento do Prêmio Mínimo por meio de correspondência a ser encaminhada, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o respectivo pagamento.

Amortização Extraordinária

4.10.6. Os recursos do Fluxo Disponível que eventualmente sobejarem após o pagamento da Remuneração e do Prêmio Mínimo ("Fluxo Excedente") poderão ser destinados, a exclusivo critério da Emissora, à amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a qual será limitada à 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária").

4.10.6.1. A Amortização Extraordinária, caso seja realizada, deverá ser paga pela Emissora em cada Data de Pagamento (conforme definido no item 4.11. abaixo).

Prêmio Adicional

4.10.7. Em cada Data de Pagamento, a Remuneração da n-ésima Série poderá ser acrescida ainda de um prêmio adicional, observado o disposto nos itens 4.15. abaixo e 4.8.2. acima, que será calculado com 8 (oito) casas decimais da seguinte forma ("Prêmio Adicional" e, em conjunto com o Prêmio Mínimo, referidos como "Prêmios"):

$$PrêmioAdicional_i^N = (FluxoDisponível_i^N) - (JP_i^N + PrêmioMínimo_i^N + AM_i^N)$$

onde:

"*PrêmioAdicional_i^N*" é o prêmio pago aos Debenturistas da n-ésima Série na i-ésima Data de Pagamento, apurado como a diferença entre (i) o Fluxo Disponível; e (ii) o somatório dos valores pagos na Data de Pagamento em questão a título de Remuneração Efetiva, Prêmio Mínimo e Amortização (Programada e/ou Extraordinária).

4.10.8. O pagamento dos valores devidos a título de Amortização Extraordinária e/ou de Prêmio Adicional será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.10.9. A Emissora deverá comunicar a realização do pagamento da Amortização Extraordinária e/ou do Prêmio Adicional: (i) aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o respectivo pagamento; e (ii) a CETIP por meio de correspondência com a anuência do Agente Fiduciário, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o respectivo pagamento.

4.10.9.1. As comunicações de que trata o item 4.10.9. acima deverão conter: (i) a data para o pagamento do Prêmio Adicional ou da Amortização Extraordinária; e (ii) o valor a ser pago relativo ao Prêmio Adicional ou à Amortização Extraordinária.

4.11. Pagamento da Remuneração e Prêmios

4.11.1. A Remuneração será paga em parcelas mensais sempre no dia 25 de cada mês, sendo a primeira parcela devida no dia 25 de julho de 2016 e a última parcela devida na Data de Vencimento ou na data de pagamento respectiva em caso de resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures (cada uma, uma "Data de Pagamento" e, em conjunto, "Datas de Pagamento").

4.12. Resgate Antecipado Facultativo

4.12.1. A Emissora poderá, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, abrangendo apenas uma ou todas as Séries, conforme o caso, na hipótese de verificação, pelo Agente de Cobrança, da insuficiência de recursos no Fundo de Custeio, sem que haja recomposição em até 30 (trinta) dias da referida verificação de insuficiência, observado que o Agente de Cobrança prestará tal informação à Companhia e ao Agente Fiduciário até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.

4.12.1.1. Não será permitida a realização de resgate antecipado parcial das Debêntures.

4.12.1.2. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito em moeda corrente nacional, com recursos imediatamente disponíveis, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, exceto na hipótese de resgate das Debêntures por meio de dação em pagamento dos Direitos Creditórios, conforme previsto no item 4.12.1.4. abaixo.

4.12.1.3. A Emissora deverá comunicar a realização do resgate antecipado das Debêntures, em qualquer dos casos mencionados neste item 4.12.: (i) aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário com 30 (trinta) dias de antecedência da data estipulada para o resgate antecipado; e (ii) a CETIP por meio de correspondência com a anuência do Agente Fiduciário, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o resgate antecipado.

4.12.1.3.1. As comunicações de que trata o item 4.12.1.3. acima deverão conter: (i) a data para o pagamento do resgate antecipado das Debêntures; e (ii) o valor do resgate antecipado das Debêntures.

4.12.1.4. Caso a Emissora opte pela realização do resgate antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.12.1. acima, e não possua recursos suficientes para a realização do pagamento em moeda corrente nacional em razão da não realização dos Direitos Creditórios adquiridos pela Emissora relativa e especificamente às Debêntures, poderá ocorrer o resgate mediante a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora, no limite e na proporção dos seus créditos, dos Direitos Creditórios, mesmo que a Emissora já tenha iniciado processo de cobrança destes valores, observado o procedimento estabelecido nos itens 4.24.3. abaixo e seguintes.

4.12.1.5. Em caso de resgate antecipado facultativo, as Debêntures deverão ser canceladas.

4.12.1.6. Não será devido aos Debenturistas o pagamento de prêmio caso ocorra o resgate antecipado das Debêntures.

4.12.1.7. O resgate antecipado não poderá ocorrer enquanto existirem Direitos Creditórios vinculados às Debêntures, exceto no caso de resgate das Debêntures por meio de dação em pagamento dos Direitos Creditórios aos Debenturistas (ou a quem estes indicarem), nos termos do item 4.24. abaixo.

4.12.2. Além das hipóteses previstas no item 4.12.1. acima, os Debenturistas poderão, em Assembleia Geral dos Debenturistas, devidamente convocada para esse fim, aprovar o resgate antecipado de todas as Debêntures de determinada Série. Em tal hipótese, a Emissora realizará o resgate antecipado de todas as Debêntures dentro de até 30 (trinta) dias após a aprovação de tal matéria pela Assembleia Geral de

Debenturistas, aplicando-se as disposições previstas no item 4.12.1. e seus subitens. Nesta hipótese, caso ainda existam Direitos Creditórios vinculados às Debêntures, o resgate antecipado será efetuado por meio da dação em pagamento dos Direitos Creditórios aos Debenturistas (ou a quem estes indicarem), nos termos no item 4.25. abaixo.

4.13. **Repactuação Programada**

4.13.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.14. **Vencimento Antecipado**

4.14.1. Observado o disposto nos itens 4.14.2. e 4.14.3. abaixo, as Debêntures de todas as Séries e todas as obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura serão consideradas antecipadamente vencidas, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (cada um, "Evento de Vencimento Antecipado"):

- (a) não pagamento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, nos termos desta Escritura, dos Contratos de Cessão Fiduciária (conforme definido no item 4.18.1. abaixo), ou de qualquer outro documento relacionado à Emissão, nas respectivas Datas de Pagamento, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento, o qual será utilizado exclusivamente para sanar qualquer problema operacional enfrentado pela Emissora, desde que tenha havido recebimento proveniente da carteira de Direitos Creditórios para tanto, sendo certo que as hipóteses mencionadas nos itens 4.10.1.1. e 4.10.4.1. acima não ensejarão vencimento antecipado das Debêntures;
- (b) não cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária, nos termos desta Escritura, dos Contratos de Cessão Fiduciária, ou de qualquer outro documento relacionado à Emissão, não sanada no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento ou, em sua falta, em até 5 (cinco) Dias Úteis;
- (c) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou autofalência da Emissora, independentemente de deferimento ou de seu processamento, para os casos de recuperação, ou pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora não devidamente elidido(s) no prazo legal pela Emissora;
- (d) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou autofalência do Agente de Cobrança, independentemente de deferimento ou de seu processamento, para os casos de recuperação, ou pedido de falência formulado por terceiros em face do Agente de Cobrança não devidamente elidido(s) no prazo legal pelo Agente de Cobrança;

- (e) liquidação, dissolução, extinção, ou insolvência da Emissora e/ou do Agente de Cobrança, exceto se este for substituído de suas funções perante a Emissora com relação aos Direitos Creditórios vinculados às Debêntures em 30 (trinta) dias do referido evento, por outra empresa aprovada pelos Debenturistas, observado o quórum de aprovação previsto no item 7.12. abaixo;
- (f) rescisão do Contrato de Cobrança com o Agente de Cobrança;
- (g) rescisão do contrato relacionado a uma das Contas Vinculadas, observado o disposto no item 4.18.2. abaixo;
- (h) caso não seja observado o prazo estipulado no item 2.5.1. acima de constituição das Garantias (conforme definido no item 4.18.1. abaixo);
- (i) caso os bens objeto das Garantias (conforme definido no item 4.18.1. abaixo), forem onerados, gravados, oferecidos em garantia a terceiros, ou forem objeto de qualquer Gravame (conforme definido na alínea "(v)" do item 4.14.1. abaixo), em qualquer momento após a data de subscrição das Debêntures, exceto por ônus a ser constituído em relação a futuras emissões de debêntures da Emissora sobre a Conta Recebedora, que será compartilhada conforme descrito e aprovado nos termos da alínea "(A)" do item 4.18.1. abaixo, o qual não ensejará vencimento antecipado das Debêntures;
- (j) cessão, transferência, alienação ou constituição de qualquer Gravame (conforme definido na alínea "(v)" do item 4.14.1.) sobre os Direitos Creditórios objeto das Garantias (conforme definido no item 4.18.1. abaixo), para finalidade diversa da prevista nesta Escritura e de forma contrária ao disposto no Contrato de Cobrança;
- (k) caso os Contratos de Cessão Fiduciária (conforme definido no item 4.18.1. abaixo), ou seu objeto, integral ou parcialmente, por qualquer fato: (i) sejam objeto de ações, decisões e/ou medidas judiciais, arbitrais e/ou administrativas que prejudiquem ou impactem as Garantias, conforme definido abaixo, de acordo com a decisão da Assembleia Geral de Debenturistas constituída para esse fim; e/ou (ii) tornem-se inválidos, inexecutáveis, inábeis ou impróprios para assegurar o pagamento das Debêntures;
- (l) alteração no objeto social da Emissora, de forma que a Emissora deixe de ser uma companhia securitizadora de créditos financeiros ou deixe de observar o disposto na Resolução CMN 2686;
- (m) alienação de todos ou substancialmente todos os ativos da Emissora;

- (n) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, nos Contratos de Cessão Fiduciária, conforme definido abaixo, ou em qualquer outro documento relacionado à Emissão, sem prévia expressa anuência dos Debenturistas das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quórum de aprovação previsto no item 7.12. abaixo;
- (o) constatação de que as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura, nos Contratos de Cessão Fiduciária (conforme definido no item 4.18.1. abaixo), ou em qualquer outro documento relacionado à Emissão, pela Emissora, eram falsas ou enganosas, ou ainda, de forma relevante, incorretas ou incompletas na data em que foram declaradas;
- (p) não cumprimento pela Emissora de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva;
- (q) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão, estritamente nos termos do item 3.7. desta Escritura;
- (r) protestos de títulos contra a Emissora, exceto aqueles decorrentes dos Direitos Creditórios a serem vinculados as Debêntures, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$100.000,00 (cem mil reais), salvo se o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis de sua ocorrência;
- (s) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (t) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias, cujo valor, individual ou global, seja superior a R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (u) a Emissora adquirir ou de qualquer forma se tornar titular de quaisquer direitos creditórios, que não os Direitos Creditórios ou contratar qualquer dívida ou outra securitização ou praticar qualquer outra operação de securitização que não as operações contempladas nesta Escritura, sem prévia expressa anuência dos Debenturistas, observado o quórum de aprovação previsto no item 7.12. abaixo;
- (v) cisão, fusão ou incorporação (inclusive de ações) da Emissora sem prévia expressa anuência dos Debenturistas, observado o quórum de aprovação previsto no item 7.12. abaixo;

- (w) se, durante a vigência desta Escritura, for constituída ou prestada qualquer garantia real, cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia sobre bens ou direitos Emissora, exceto se relacionado a futuras emissões de debêntures da Emissora ("Gravame");
- (x) ocorrência de quaisquer eventos ou situações que impossibilitem o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes desta Escritura, nos Contratos de Cessão Fiduciária (conforme definido no item 4.18.1. abaixo), ou em qualquer outro documento relacionado à Emissão;
- (y) declaração de vencimento antecipado de dívidas da Emissora ou a ocorrência de qualquer fato ou descumprimento de qualquer obrigação que enseje direito dos credores de tais dívidas de declarar o seu vencimento antecipado, cujo valor, em conjunto ou isoladamente, seja igual ou superior igual ou superior a R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (z) redução do capital social da Emissora, sem prévia expressa anuência dos Debenturistas, observado o quórum de aprovação previsto no item 7.12. abaixo;
- (aa) a transferência (por qualquer forma) e/ou mudança do controle direto e/ou indireto da Emissora, sem prévia expressa anuência dos Debenturistas, observado o quórum de aprovação previsto no item 7.12. abaixo;
- (bb) qualquer alteração desta Escritura, dos Contratos de Cessão Fiduciária (conforme definido no item 4.18.1. abaixo), ou de qualquer outro documento relacionado à Emissão sem prévia expressa anuência dos Debenturistas, observado o quórum de aprovação previsto no item 7.12. abaixo;
- (cc) caso, uma vez desenquadrado, qualquer dos Fundo de Custeio não seja reestabelecido no prazo previsto no item 4.15.4.1, abaixo;
- (dd) a Emissora deixe de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM; e
- (ee) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

4.14.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nos subitens (c), (d), (e), (f), (i), (j), (k), (l), (q), (z), (aa) e (bb) do item 4.14.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá assim que ciente declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme o

caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, desde a data de subscrição das Debêntures ou da Data de Pagamento imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido.

4.14.3. Observados os prazos de cura, quando aplicáveis, na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado, exceto pelos listados no item 4.14.2 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula VII, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do evento, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures, a qual dependerá da aprovação dos Debenturistas de cada uma das Séries, observado o quórum previsto no item 7.12. abaixo, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado

4.14.3.1. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.14.3. acima poderá ser realizada em conjunto ou separadamente entre as Séries, observado no entanto que os quóruns de instalação e a aprovação serão, em qualquer caso, considerados individualmente entre as Séries.

4.14.4. O vencimento antecipado das Debêntures de determinada Série somente não será declarado caso assim seja deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas de tal Série de que trata o item 4.14.3, após aprovação dos Debenturistas de tal Série. Não se realizando a referida Assembleia Geral de Debenturistas, não havendo a sua convocação ou não havendo a deliberação na data originalmente estabelecida para a sua realização, salvo se por suspensão da Assembleia Geral de Debenturistas decorrente de ato ou fato imputável à Emissora, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.

4.14.5. Em caso de vencimento antecipado não automático das Debêntures, nos termos do item 4.14.3. acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, desde a data de subscrição das Debêntures ou da Data de Pagamento imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento: (i) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido; ou (ii) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, caso a Emissora tenha sido intimada a comparecer à mencionada Assembleia Geral de Debenturistas, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida Assembleia Geral de Debenturistas.

4.15. Pagamentos Condicionados e Ordem de Alocação dos Recursos Decorrentes da Realização dos Direitos Creditórios

4.15.1. Observado o disposto nesta Escritura e nos termos do artigo 5º da Resolução CMN 2686, as obrigações da Emissora de efetuar o pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e dos Prêmios relativamente a cada uma das Séries, estão condicionadas à realização dos Direitos Creditórios adquiridos pela Emissora e vinculados respectivamente a cada uma das Séries, nos termos desta Escritura, observado o disposto no item 3.7. acima, os quais foram cedidos fiduciariamente em garantia de forma segregada para individualizar cada uma das Séries, conforme disposto no item 4.18.2. abaixo.

4.15.2. A partir da Data de Emissão e até a Data de Vencimento, sempre preservada a manutenção da boa ordem das funções de securitização inerentes ao objeto social da Emissora e os direitos, garantias e prerrogativas dos Debenturistas, os recursos existentes nas Contas Vinculadas de cada Série das Debêntures serão alocados na seguinte ordem ("Ordem de Pagamento"):

- (a) utilizados no pagamento dos encargos e despesas da respectiva Série das Debêntures descritos no Anexo 3 desta Escritura, deduzindo-se custos de aquisição, transferências e cobrança dos Direitos Creditórios adquiridos pela Emissora com os recursos oriundos da respectiva Série, a serem dados em garantia nos termos do item 4.18 abaixo, manutenção da Conta Recebedora e da Conta Vinculada da respectiva Série, a serem dadas em garantia às Debêntures nos termos do item 4.18 abaixo, e remunerações do Agente de Cobrança, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador, entre outras despesas não listadas anteriormente desde que limitadas ao valor total agregado de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) mensais;
- (b) retidos para a constituição ou enquadramento de um fundo de custeio no montante estimado dos encargos de responsabilidade da Emissora com relação à respectiva Série, descritos no Anexo 3 desta Escritura, a serem incorridos nos 6 (seis) meses calendários subsequentes ao da realização do respectivo provisionamento ("Fundo de Custeio"), observado o valor total de cada um dos Fundos de Custeio constituídos no âmbito da Oferta Restrita descrito no item 4.15.2.1. abaixo, sendo certo que o valor total agregado do Fundo de Custeio está definido no item 4.15.2.2. abaixo;
- (c) utilizados no pagamento da Remuneração, conforme o caso;
- (d) utilizados no pagamento do Prêmio Mínimo, conforme o caso;
- (e) utilizados no pagamento da Amortização Programada e/ou Amortização Extraordinária, conforme o caso;
- e (f) utilizados no pagamento do Prêmio Adicional, conforme o caso.

4.15.2.1. Serão retidos de cada Conta Vinculada os recursos necessários para a constituição do Fundo de Custeio da respectiva Série das Debêntures. O Fundo de Custeio de cada uma das Séries poderá ser utilizado pela Emissora sempre que houver necessidade de pagamento de despesas das Debêntures da respectiva Série.

4.15.2.2. O Fundo de Custeio da Primeira Série será limitado a um valor mínimo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e máximo de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). O Fundo de Custeio da Segunda Série será limitado a um valor mínimo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e máximo de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). O Fundo de Custeio da Terceira Série será limitado a um valor mínimo de

R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e máximo de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

4.15.2.3. Por ser devida exclusivamente no caso de recebimento dos Direitos Creditórios, a Remuneração de Sucesso, conforme definida no item 3.8.2. acima, não será considerada para fins de apuração do Fundo de Custeio.

4.15.3. Caberá ao Agente de Cobrança determinar o valor a ser retido no Fundo de Custeio, conforme disposto no item 4.15.2. abaixo.

4.15.3.1. O Agente de Cobrança deverá, com pelo menos 3 (três) Dias Úteis de antecedência em relação a cada Data de Apuração, conforme definida no item 4.8.1. acima, encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário, por email ou por correio no endereços indicados na Cláusula IX abaixo, a seu exclusivo critério (i) notificação contendo o valor do Fundo de Custeio a ser constituído para cada uma das Séries; e (ii) relatório contendo descrição das despesas consideradas para determinação do valor do Fundo de Custeio de cada uma das Séries.

4.15.4. Caberá ao Agente Fiduciário realizar a verificação da suficiência do Fundo de Custeio de cada uma das Séries, com base na notificação encaminhada pelo Agente de Cobrança de que trata o item 4.15.3.1. acima, em cada Data de Apuração.

4.15.4.1. Caso o Agente Fiduciário verifique que o Fundo de Custeio não possui recursos suficientes, deverá notificar a Companhia e o Agente de Cobrança, em até 3 (três) Dias Úteis, para que haja sua recomposição por meio da recuperação dos Direitos Creditórios que lastreiam a atinente série, em até 60 (sessenta) dias da referida Data de Apuração.

4.16. Multa e Juros Moratórios

4.16.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*.

4.17. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.17.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.16. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou encargos moratórios, previstos no item 4.16. acima, a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista,

sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data em que os recursos se tornarem disponíveis.

4.18. **Garantias e Condição Suspensiva**

4.18.1. Quando da implementação da Condição Suspensiva, conforme definido abaixo, relativa a cada série das Debêntures, as obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, conforme estabelecidas nesta Escritura, contarão, até a liquidação integral das Debêntures, com as seguintes garantias reais ("Garantias"):

- (A) Garantindo as Debêntures e compartilhada com as debêntures da 1ª e da 2ª emissão da Emissora, bem como com futuras emissões de debêntures da Emissora: cessão fiduciária de uma conta corrente, denominada conta recebedora, identificada no Contrato de Cessão Fiduciária da Conta Recebedora, conforme definido abaixo, de titularidade da Emissora junto ao Banco Bradesco S.A. e de movimentação restrita exclusivamente ao Agente de Cobrança, na qualidade de mandatário da Emissora ("Conta Recebedora") e todos recursos nela existentes de tempos em tempos, incluindo-se os rendimentos de aplicações financeiras, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Recebedora e Outras Avenças" celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Agente de Cobrança em 22 de maio de 2014 ("Contrato de Cessão Fiduciária da Conta Recebedora"), aditado em 02 de outubro de 2015 para garantir o cumprimento de todas obrigações decorrentes das Debêntures e da presente Emissão, a qual será compartilhada com as debêntures da primeira emissão e as debêntures da segunda emissão da Emissora, bem como com outras emissões de debêntures a serem realizadas pela Emissora no futuro. As Partes desde já autorizam, dispensando-se a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou em ato societário da Emissora, o compartilhamento da garantia que recairá sobre a Conta Recebedora com outras emissões de debêntures a serem realizadas pela Emissora no futuro, sendo que nenhuma das emissões de debêntures da Emissora terá qualquer preferência em relação às demais;
- (B) Garantindo somente a Primeira Série das Debêntures: em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo pela Emissora, perante os Debenturistas da Primeira Série, por força desta Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária da Primeira Série (conforme definido abaixo), e demais documentos relacionados às Debêntures da Primeira Série, especialmente do pagamento integral das Debêntures da Primeira Série, acrescidas da respectiva Remuneração, juros compensatórios e moratórios, multas, tributos, tarifas, outros encargos, judiciais ou não, honorários advocatícios e outras despesas razoáveis, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da

constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures da Primeira Série e da execução da garantia a ser prestada à Primeira Série e quaisquer outros acréscimos devidos aos Debenturistas da Primeira Série ("Obrigações Garantidas da Primeira Série"); (i) cessão fiduciária: (a) da totalidade dos Direitos Creditórios Primeira Série atuais e futuros, os quais deverão ser pagos única e exclusivamente na Conta Recebedora, e transferidos pelo Agente de Cobrança para uma conta, denominada conta vinculada da Primeira Série, a ser identificada no Contrato de Cessão Fiduciária da Primeira Série (conforme definido abaixo), de titularidade da Emissora junto ao Banco Bradesco S.A. e de movimentação restrita exclusivamente pelo Agente de Cobrança, na qualidade de mandatário da Emissora ("Conta Vinculada da Primeira Série"); e (b) da Conta Vinculada da Primeira Série e todos os recursos nela existentes de tempos em tempos, nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada da Primeira Série da Terceira Emissão e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Agente de Cobrança ("Contrato de Cessão Fiduciária da Primeira Série");

- (C) Garantindo somente a Segunda Série das Debêntures: em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo pela Emissora, perante os Debenturistas da Segunda Série, por força desta Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária da Segunda Série (conforme definido abaixo) e demais documentos relacionados às Debêntures da Segunda Série, especialmente do pagamento integral das Debêntures da Segunda Série, acrescidas da respectiva Remuneração, juros compensatórios e moratórios, multas, tributos, tarifas, outros encargos, judiciais ou não, honorários advocatícios e outras despesas razoáveis, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures da Segunda Série e da execução da garantia a ser prestada à Segunda Série e quaisquer outros acréscimos devidos aos Debenturistas da Segunda Série ("Obrigações Garantidas da Segunda Série"); (i) cessão fiduciária: (a) da totalidade dos Direitos Creditórios Segunda Série atuais e futuros, os quais deverão ser pagos única e exclusivamente na Conta Recebedora, e transferidos pelo Agente de Cobrança para uma conta, denominada conta vinculada da Segunda Série, a ser identificada no Contrato de Cessão Fiduciária da Segunda Série (conforme definido abaixo), de titularidade da Emissora junto ao Banco Bradesco S.A. e de movimentação restrita exclusivamente pelo Agente de Cobrança, na qualidade de mandatário da Emissora ("Conta Vinculada da Segunda Série"); e (b) da Conta Vinculada da Segunda Série e todos os recursos nela existentes de tempos em tempos, nos termos do "Contrato de

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada da Segunda Série e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Agente de Cobrança ("Contrato de Cessão Fiduciária da Segunda Série");

- (D) Garantindo somente a Terceira Série das Debêntures: em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo pela Emissora, perante os Debenturistas da Terceira Série, por força desta Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária da Terceira Série (conforme definido abaixo) e demais documentos relacionados às Debêntures da Terceira Série, especialmente do pagamento integral das Debêntures da Terceira Série, acrescidas da respectiva Remuneração, juros compensatórios e moratórios, multas, tributos, tarifas, outros encargos, judiciais ou não, honorários advocatícios e outras despesas razoáveis, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures da Terceira Série e da execução da garantia a ser prestada à Terceira Série e quaisquer outros acréscimos devidos aos Debenturistas da Terceira Série ("Obrigações Garantidas da Terceira Série"):
- (i) cessão fiduciária: (a) da totalidade dos Direitos Creditórios Terceira Série atuais e futuros adquiridos pela Emissora, os quais deverão ser pagos única e exclusivamente na Conta Recebedora, e transferidos pelo Agente de Cobrança para uma conta, denominada conta vinculada da Terceira Série, a ser identificada no Contrato de Cessão Fiduciária da Terceira Série (conforme definido abaixo), de titularidade da Emissora junto ao Banco Bradesco S.A. e de movimentação restrita exclusivamente pelo Agente de Cobrança, na qualidade de mandatário da Emissora ("Conta Vinculada da Terceira Série" e, em conjunto com a Conta Vinculada da Primeira Série e Conta Vinculada da Segunda Série, "Contas Vinculadas"); e (b) da Conta Vinculada da Terceira Série e todos os recursos nela existentes de tempos em tempos, nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada da Terceira Série e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Agente de Cobrança ("Contrato de Cessão Fiduciária da Terceira Série" e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta Recebedora, Contrato de Cessão Fiduciária da Primeira Série e Contrato de Cessão Fiduciária da Segunda Série, "Contratos de Cessão Fiduciária").

4.18.2. As Partes desde já autorizam, dispensando-se a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer ato societário da Emissora, a alteração da Conta Recebedora e das Contas Vinculadas para contas correntes junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., com a respectiva celebração de aditamentos à presente Escritura e aos Contratos de Cessão Fiduciária, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) contado da data de assinatura desta Escritura.

4.18.3. Sem prejuízo do disposto no item 4.18.4. abaixo, fica desde já certo e acordado pelas Partes que: (i) os Direitos Creditórios Primeira Série garantirão exclusivamente o pagamento das Obrigações Garantidas da Primeira Série; (ii) os Direitos Segunda Série garantirão exclusivamente o pagamento das Obrigações Garantidas da Segunda Série; e (iii) os Direitos Creditórios Terceira Série garantirão exclusivamente o pagamento das Obrigações Garantidas da Terceira Série.

4.18.4. Os Direitos Creditórios podem não ser realizados e, portanto, as Garantias podem não ser suficientes para o pagamento integral das Debêntures.

4.18.5. As Garantias a serem constituídas nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária deverão perdurar até o completo, efetivo e irrevogável cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, nos termos desta Escritura.

4.18.6. As Garantias de cada uma das Séries passarão a ser plenamente válidas e eficazes após a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, a formalização, a constituição e o registro dos respectivos Contratos de Cessão Fiduciária, observado o prazo estipulado no item 2.5.1. acima (para cada uma das Garantias, uma "Condição Suspensiva").

4.19. **Local de Pagamento**

4.19.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Escriurador das Debêntures.

4.20. **Prorrogação dos Prazos**

4.20.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.20.2. Define-se "Dia Útil" como sendo qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

4.21. **Publicidade**

4.21.1. Todos os atos societários da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no DOESP e no jornal "O Dia", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet*, sendo certo que caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.22. **Aquisição Facultativa das Debêntures**

4.22.1. A Emissora, na presente Escritura, renuncia expressamente à faculdade prevista no artigo 55, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo vedada a aquisição pela Emissora de Debêntures.

4.23. **Imunidade de Debenturistas**

4.23.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento do primeiro montante distribuído e relativo às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.24. **Dação em Pagamento dos Direitos Creditórios**

4.24.1. Na hipótese de não realização dos Direitos Creditórios, poderá ocorrer, nos termos do artigo, inciso I, do parágrafo único do artigo 5º da Resolução CMN 2.686, a critério da Emissora e em exclusivo benefício desta, a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora, no limite e na proporção dos seus créditos, dos Direitos Creditórios não realizados nos respectivos vencimentos, mesmo que a Emissora já tenha iniciado o processo de cobrança destes valores. Portanto, qualquer pagamento pecuniário das Debêntures está sujeito e condicionado à liquidação dos créditos a ela vinculados.

4.24.1.1. Para fins do disposto no item 4.24.1. acima será considerada a não realização dos Direitos Creditórios o inadimplemento do respectivo crédito após sua renegociação, se aplicável, pelo Agente de Cobrança.

4.24.2. Na hipótese prevista no item 4.24.1. acima o Agente Fiduciário deverá convocar de imediato uma Assembleia Geral de Debenturistas: (i) para que seja proposto e aprovado por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação um plano de ação a ser executado pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário, que poderá incluir, entre outras medidas: (a) a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios não realizados; (b) a alienação dos Direitos Creditórios não realizados; (c) o resgate das Debêntures mediante a dação em

pagamento aos Debenturistas (ou para outra pessoa ou fundo de investimento indicado pelo Debenturista), de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora, no limite e na proporção dos seus créditos, dos Direitos Creditórios não realizados nos vencimentos, mesmo que a Emissora já tenha iniciado processo de cobrança destes valores; (d) o aguardo do pagamento dos Direitos Creditórios não realizados e dos demais valores devidos à Emissora; e (e) o exercício de quaisquer outros direitos previstos nos Contratos de Cessão Fiduciária, conforme o caso.

4.24.3. Para fins do resgate das Debêntures mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios não realizados, conforme mencionado no item 4.24.1. acima, os Direitos Creditórios conferidos aos Debenturistas em dação em pagamento serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, após a decisão mencionada na alínea "(c)" do inciso "(ii)" do item 4.24.2. acima. O quinhão de cada Debenturista no condomínio será equivalente à sua participação em relação ao valor total das Debêntures. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos Debenturistas, originalmente titulares das Debêntures, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio.

4.24.3.1. Antes da dação em pagamento dos Direitos Creditórios, deverá ser convocada uma Assembleia Geral de Debenturistas com a finalidade de proceder à eleição, pelos Debenturistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item 4.24.3 acima. Caso os Debenturistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

4.24.3.2. Uma empresa depositária contratada fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, os documentos deverão ser mantidos sob a guarda da antiga empresa depositária até que uma nova seja contratada, ocasião em que o administrador do condomínio civil indicará à antiga empresa depositária a hora e o local para a entrega dos referidos documentos à nova empresa depositária.

4.24.3.3. Caso os Debenturistas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido acima, poderá ser promovido o pagamento em consignação dos Direitos Creditórios aos Debenturistas, na forma do artigo 334 do Código Civil.

4.25. Pagamento dos Direitos Creditórios pelos Devedores mediante Dação em Pagamento

4.25.1. Na hipótese de quaisquer dos Direitos Creditórios adquiridos pela Emissora relativa e especificamente a cada uma das séries das Debêntures, conforme mencionado e individualizado no item 3.7 acima, serem total ou parcialmente pagos à Emissora pelos respectivos devedores mediante dação em pagamento de bens, o Agente de Cobrança, na qualidade de mandatário da Emissora e nos termos do Contrato de Cobrança, procederá à venda extrajudicial desses bens e os recursos dela decorrentes serão depositados na Conta Vinculada da Terceira Emissão da respectiva Série e, observado os termos do item 4.15. acima, alocados ao pagamento das Debêntures da referida Série.

4.26. **Falência de Devedores dos Direitos Creditórios**

4.26.1. Caso seja declarada a falência ou insolvência ou iniciada a liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer dos devedores dos Direitos Creditórios adquiridos pela Emissora relativa e especificamente a cada uma das séries das Debêntures, conforme mencionado e individualizado no item 3.7 acima, o Agente de Cobrança, na qualidade de mandatário da Emissora e nos termos do Contrato de Cobrança, decidirá se irá se habilitar nos processos instaurados, destinando as quantias recebidas ao pagamento dos valores devidos aos Debenturistas da respectiva Série, nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social, com cópia para o Agente de Cobrança: (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, e cópia de suas informações anuais; e (2) declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (A) que permanecem válidas e eficazes as disposições contidas nesta Escritura; (B) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (C) cumprimento da obrigação de manutenção do departamento de Debenturista; (D) que os bens da Companhia foram mantidos devidamente assegurados; e (E) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Companhia; e (3) subsídios para a realização da publicação do relatório anual referente à esta emissão, nos termos do artigo 68 da Lei das Sociedade por Ações;

(ii) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada

("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados; e

(iii) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do descumprimento.

- (b) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.14.1. desta Escritura, bem como caso a Emissora não seja habilitada para adquirir os Direitos Creditórios vinculados a cada série;
- (c) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (d) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes registrados perante a CVM, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (e) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário;
- (f) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta Restrita, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (g) encaminhar qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.14.1.

acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário;

- (h) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (i) encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relacionada a um Evento de Vencimento Antecipado das obrigações assumidas nesta Escritura, em prazo não superior a 5 (cinco) Dias Úteis após o seu recebimento;
- (j) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (k) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, a CETIP e o Agente Fiduciário e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (l) manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e cumprir integralmente com as obrigações de envio à CVM de informações periódicas e eventuais e de divulgação e colocação de tais informações à disposição dos investidores nos termos da Instrução CVM 480;
- (m) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (n) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) cumprir, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social,

responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;

- (p) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (q) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelo Coordenador Líder, observado o disposto no artigo 12 da Instrução CVM 476;
- (r) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelo Coordenador Líder, de: (i) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (ii) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Oferta Restrita;
- (s) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula VII abaixo, especialmente convocada para esse fim;
- (t) caso o Agente Fiduciário devendo fazer, não o faça, convocar, nos termos da Cláusula VII desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (u) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (v) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (e) e (f) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (w) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas no item 8.1. abaixo;
- (x) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;

- (y) não praticar quaisquer dos seguintes atos, sem autorização prévia de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para tanto, observado o quórum de aprovação previsto no item 7.12. abaixo:
- (i) qualquer um dos eventos previstos no item 4.14.1. acima que dependam de aprovação prévia dos Debenturistas;
 - (ii) criação ou autorização para a criação e emissão de bônus de subscrição e/ou a criação ou autorização para a criação e emissão (incluindo qualquer emissão privada ou pública) pela Emissora de qualquer título ou valor mobiliário representativos de dívida, incluindo a aprovação de nova emissão ou série de debêntures (excetuadas aquelas previstas nesta Escritura), notas promissórias (*commercial papers*) ou *bonds*;
 - (iii) celebração e alteração das condições financeiras de contratos financeiros e outros instrumentos de dívida, incluindo contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis ou *leasing*, *comprar*, *vender* e desconto de recebíveis ou créditos ou cédulas de crédito bancário ou outros títulos de dívida da Emissora, com exceção das alterações que sejam eventualmente realizadas com relação às debêntures da 1ª (primeira) e da 2ª (segunda) emissões da Emissora;
 - (iv) celebração e alteração das condições financeiras de operações de derivativos;
 - (v) outorga de garantias reais ou fidejussórias, incluindo avais com relação a obrigações de terceiros;
 - (vi) venda, locação, licença ou qualquer forma de disposição de bens do ativo permanente da Emissora;
 - (vii) aquisição, alienação de qualquer ativo, móvel, imóvel em valor superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) em uma única operação ou série de operações;
 - (viii) concessão de empréstimos, mútuos, financiamentos ou adiantamentos pela Emissora;
 - (ix) alteração ou rescisão do Contrato de Cobrança;
 - (x) celebração de qualquer operação que envolva: (1) a aquisição e alienação de qualquer participação em qualquer outra sociedade, fundo de investimento, condomínio de direitos ou consórcio; (2) eventual subscrição de ações, quotas ou outros títulos e valores mobiliários emitidos por outra sociedade, fundo de investimento, condomínio de direitos ou consórcio; (3) constituição de outras sociedades; ou (4) formação de associações, *joint*

ventures ou consórcios ou grupos de sociedades ou aliança similar com terceiros;

(xi) celebração pela Emissora de qualquer contrato com: (1) uma sociedade controladora, controlada ou sob o mesmo controle comum da Emissora; e/ou (2) qualquer administrador, diretor e/ou membro do conselho de administração da Emissora e/ou de qualquer uma das pessoas indicadas no item "(1)" acima, exceto pela Proposta de Estruturação de Emissão de Debêntures, celebrada entre a Emissora e a GaiaSec Assessoria Financeira Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, 288, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.204.136/0001-98; e/ou

(xii) cessão dos Direitos Creditórios adquiridos ou a serem adquiridos pela Emissora e vinculados ou a serem vinculados à Emissão, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, ao controlador ou a qualquer pessoa ligada à Emissora;

(z) fazer com que a totalidade dos Direitos Creditórios adquiridos pela Emissora, relativa e especificamente a cada uma das séries das Debêntures, conforme mencionado e individualizado no item 3.7. acima, seja cedida fiduciariamente, nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária, e depositado nas respectivas Contas Vinculadas da Terceira Emissão, conforme descrito no item 4.18.1. acima, e seja exclusivamente vinculada ao pagamentos das Debêntures das respectivas Séries, observada a individualização das Garantias, mencionada No item 4.18.2. acima, mediante a celebração e registro dos Contratos de Cessão Fiduciária, nos termos e observado o prazo do item 2.5.1. acima;

(aa) notificar o Agente Fiduciário e o IFC em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento de: (i) qualquer litígio, investigação ou procedimento administrativo ou regulatório por qualquer autoridade ou órgão arbitral que tenha ou possa ter razoavelmente um Efeito Material Adverso (conforme definido no item 5.5.1. abaixo); (ii) qualquer investigação ou processo criminal contra a Emissora; ou (iii) qualquer congelamento de bens por uma autoridade governamental envolvendo a Emissora relacionado a lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo; especificando a natureza da ação, litígio, inquérito ou processo e as medidas que está tomando ou propõe tomar a esse respeito;

(bb) mediante notificação prévia do IFC e com antecedência razoável, permitir que o IFC, seus representantes e/ou qualquer pessoa indicada pelo IFC, durante horário comercial: (i) visitem quaisquer locais e instalações onde os negócios da Emissora são conduzidos; e (ii) inspecionem quaisquer dos escritórios, filiais e outras instalações da Emissora;

- (cc) mediante notificação prévia de qualquer Debenturista, e com antecedência razoável, permitir que o Debenturista, seus representantes e/ou qualquer pessoa indicada pelo Debenturista, durante horário comercial: (i) tenham acesso aos livros contábeis e todos os registros da Emissora; e (ii) tenham acesso aos representantes da Emissora que tenham ou possam ter conhecimento de informações que os Debenturistas necessitem; sendo que nenhum aviso prévio razoável será necessário se as circunstâncias especiais assim o exigirem;
- (dd) não praticará ou desenvolverá (nem autorizar ou permitir qualquer sociedade controladora direta ou indireta da Emissora, sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora ou sob controle comum a Emissora ou outra pessoa (física ou jurídica ou universalidade de direitos) agindo em seu nome se envolva) em qualquer Prática Sancionável (que terá o significado previsto no item 5.1.1 abaixo);
- (ee) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre quaisquer obrigações da Emissora que possam violar o disposto no item "(cc)" acima;
- (ff) caso qualquer Debenturista notifique a Emissora sobre sua preocupação de que houve uma violação do item "(cc)" acima, a Emissora deverá cooperar de boa fé com o Debenturista e seus representantes para determinar se tal violação ocorreu, e deverá atender prontamente e em detalhes razoáveis a qualquer aviso do Debenturista, fornecendo-lhes qualquer documento ou informação solicitada;
- (gg) não deverá investir em ativos, Direitos Creditórios, ou conceder empréstimos, financiamentos, investimentos ou outros tipos de apoio para pequenas e médias empresas ou devedores corporativos subjacentes a um Direito Creditório e/ou imobilizado adquirido com quem a Emissora e/ou o Agente de Cobrança, conforme o caso, se envolva em negociações para reestruturar ou reagendar seus créditos, que estejam envolvidas em qualquer Atividade Excluída e de uma maneira inconsistente com as Obrigações Sociais e Ambientais;
- (hh) instituir, manter e cumprir (e fazer com que qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora institua, mantenha e cumpra) com políticas internas, procedimentos e controles consistentes com o seu perfil de negócio e clientes, com a finalidade de garantir que ele não seja parte em qualquer transação: (i) com, ou para o benefício de qualquer das pessoas ou entidades nomeadas nas listas promulgadas por; ou (ii) em relação a qualquer atividade proibida: pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou suas comissões nos termos de qualquer resolução disposta no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas;

- (ii) estabelecer, manter e cumprir com os procedimentos e controles internos adequados para assegurar que: (i) qualquer instituição financeira com a qual a Emissora conduza seus negócios ou seja parte em qualquer transação com ou através do qual a emissora transfira fundos, não tenha relações de correspondência com qualquer Banco de Fachada, e (ii) a emissora não deva conduzir os negócios ou ser parte em qualquer transação com ou transferir fundos através de um Banco de Fachada;
- (jj) estabelecer, manter e cumprir com as políticas internas, procedimentos e controles relacionados a lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo consistentes com seu perfil de negócio e clientes, em conformidade com as leis e regulamentos nacionais e em prol das melhores práticas internacionais aplicáveis; e
- (kk) Fornecer aos Debenturistas e à Agente de Cobrança:
 - (i) em até 1 (um) dia da data de encerramento de cada mês planilha atualizada até a última data útil do mês anterior, de acompanhamento de Preços Unitários das Debêntures dessa emissão;
 - (ii) em até 15 (quinze) dias da data de encerramento de cada mês: (1) cópia do balancete digital da Emissora, acompanhadas das respectivas composições contábeis; e (2) das apurações de impostos relacionados juntamente com os guias de recolhimento.

5.1.1. Para os fins desta Escritura o termo: (a) "Efeito Material Adverso" significa: um efeito material adverso: (i) nos ativos, Direitos Creditórios e/ou propriedades da Emissora; (ii) nos negócios (atuais ou novos projetos) e/ou condições financeiras da Emissora; (iii) na condução dos negócios e/ou operações da Emissora; e/ou (iv) na capacidade da Emissora de cumprir com os termos e condições previstos nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados às Debêntures; (b) "Prática Sancionável" significa: qualquer Prática Corrupta, Prática Fraudulenta, Prática Coercitiva, Prática de Colusão ou Prática de Obstrução, conforme tais termos são definidos e interpretados de acordo com o Anexo 4 da presente Escritura; (c) "Obrigações Sociais e Ambientais" significa: as obrigações sociais e ambientais assumidas pela Emissora com relação aos devedores que são pequenas e médias empresas ou devedores corporativos de um determinado Direito Creditório, de forma a garantir a observação e cumprimento: (i) das restrições quanto ao envolvimento dos devedores em Atividades Excluídas; (ii) das leis, normas, regulamentos e demais dispositivos legais brasileiros relacionados às práticas, parâmetros e/ou questões ambientais, sociais, trabalhistas, medicina e/ou segurança do trabalho; e/ou (iii) do sistema de controle social e ambiental mantido pelo Agente de Cobrança, que permite ao Agente de Cobrança identificar, avaliar e controlar os riscos sociais e ambientais com relação a determinado Direito Creditório; e/ou (d) "Banco de Fachada" significa: qualquer instituição financeira: (i) constituída em uma jurisdição na qual tal instituição financeira não tenha qualquer presença física-territorial; e (ii) que

não seja uma sociedade controlada, controladora ou sob controle comum a uma outra instituição financeira regular ou parte de um grupo financeiro regular.

CLÁUSULA VI – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui o Agente Fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;
- (b) aceita integralmente esta Escritura, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, na Data de Emissão, e verificará, nas datas da convocação da espécie de cada série das Debêntures, a regular constituição das Garantias outorgadas no âmbito da Emissão, nos termos no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente

quanto a veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;

- (k) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (l) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário em outras emissões de debêntures da Emissora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até a data de sua efetiva substituição, hipótese em que o término do exercício de suas funções será formalizado por meio de aditamento.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, a seguinte remuneração a título de remuneração pelos serviços prestados pelo Agente Fiduciário, serão devidas parcelas anuais no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a primeira Data de Integralização, e as seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das Garantias, caso sejam concedidas; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das Garantias, caso sejam concedidas; (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao Vencimento Antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

6.4.2. No caso de celebração de aditamentos a Escritura de Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

6.4.3. Os impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidos as parcelas nas datas de pagamento.

6.4.4. As parcelas dos itens 6.4, 6.4.1 e 6.4.2 acima serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão. No caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, ou no caso de alteração nas características da emissão, ficará facultada a revisão dos honorários do Agente Fiduciário.

6.4.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.6. Os serviços a serem prestados pelo Agente Fiduciário são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações. Não estão incluídos no escopo dos serviços a serem prestados pelo Agente Fiduciário os serviços de controle da carteira de recebíveis. O controle da cessão fiduciária dos direitos creditórios será realizado exclusivamente pelo Agente de Cobrança, sendo certo que a verificação da cessão fiduciária pelo Agente Fiduciário se dará com base nas informações a serem prestadas pelo Agente de Cobrança.

6.4.7. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, com viagens, estadias, alimentação, transporte e publicação necessárias ao exercício da função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas no âmbito da Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário pela Emissora e decorrentes do exercício de sua função, ou da sua atuação em defesa da estrutura da Emissão, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer

em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese da superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipóteses em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias reais, bem como valor dos bens dados em garantia às Debêntures, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

- (k) solicitar, quando considerar necessário e/ou solicitado pelos Debenturistas, às expensas dos Debenturistas da Série afetada, e desde que justificada, auditoria extraordinária das Garantias;
- (l) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme disposto no item 4.17 acima;
- (m) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e organograma societário da Emissora, que deverá conter inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social, necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

- (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (ix) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (x) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures; e
 - (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (o) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (p) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de

obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e (iii) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar;

- (t) divulgar as informações referidas na alínea k do inciso XVII do caput da Instrução CVM 28 em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (u) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através da sua central de atendimento e/ou do site www.oliveiratrust.com.br diariamente o Valor Nominal Unitário e a Remuneração, calculados pela Emissora; e
- (v) acompanhar com o Banco Liquidante em cada Data de Pagamento, o integral pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;
- (b) executar as garantias reais descritas no item 4.18 acima, bem como quaisquer outras garantias constituídas, em favor dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência, ou conforme o caso a insolvência, da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção, liquidação ou insolvência da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.6.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade

com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.6.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.6.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, conforme definido na Cláusula VII, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora para que esta comunique os Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado nos termos do item 2.4.1 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas de cada Série das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral específica da respectiva Série, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse dos Debenturistas da respectiva Série, conforme o caso (respectivamente, "Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série", "Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série" e "Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série", e, quando referida em conjunto, "Assembleia Geral de Debenturistas"), observado que: (i) quando o assunto a ser deliberado for comum aos Debenturistas de todas as Séries das Debêntures, os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a votação neste caso ocorrerá de forma segregada entre as Séries, computando-se em separado os respectivos *quora* de deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas; e (ii) quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada Série das Debêntures, os Debenturistas da respectiva Série poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos *quora* de convocação, instalação e deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série das Debêntures, conforme o caso, poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela

Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da determinada Série em Circulação, conforme o caso, ou ainda pela CVM.

7.3. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série das Debêntures, conforme o caso, se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme disposto no item 4.22. acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série das Debêntures, conforme o caso, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série das Debêntures, conforme o caso, deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série das Debêntures, conforme o caso, em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias, contados da publicação do edital de segunda convocação.

7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série das Debêntures, conforme o caso, instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação ou metade das Debêntures em Circulação da determinada Série, conforme o caso, em segunda convocação, com qualquer quorum.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série das Debêntures, conforme o caso, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado de determinada Série, excluídas as Debêntures de tal Série que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série das Debêntures, conforme o caso, exceto quando a Emissora convocar a referida Assembleia

Geral de Debenturistas, ou quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série das Debêntures, conforme o caso, e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas conjunta ou de uma determinada Série das Debêntures, conforme o caso, caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.12. Toda e qualquer deliberação dos Debenturistas de cada uma das Séries, incluindo sem limitação a renúncia ou o perdão temporário à declaração de vencimento antecipado das Debêntures de uma determinada Série, nos termos do item 4.18.3. desta Escritura, dependerá da aprovação de Debenturistas da respectiva Série ou da Série que queira declarar o vencimento antecipado, conforme o caso, que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro *quorum* específico estabelecido para a matéria, observando-se o disposto no inciso (ii) do item 7.1 acima no que tange ao cômputo do *quorum* em separado para cada Série das Debêntures afetada.

7.13. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures dependerão da aprovação por Debenturistas de determinada Série, conforme o caso, que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série das Debêntures, conforme o caso, ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração; (ii) as Datas de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) as datas de amortização do principal das Debêntures; (v) os Eventos de Vencimento Antecipado estabelecidos no item 4.14.1 acima; (vi) modificação dos *quora* de deliberação estabelecidos nesta Cláusula VII; (vii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula V; (viii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula VI; ou (ix) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula VII.

7.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série das Debêntures, conforme o caso, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.15. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada

série das Debêntures, conforme o caso, a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VIII – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que, nesta data:

- (a) é uma companhia securitizadora de créditos financeiros devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras e com a regulamentação do BACEN e da CVM, conforme o caso, e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura e dos Contratos de Cessão Fiduciária, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários/contratuais, conforme o caso, e/ou delegados para assumir, em seus nomes, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como do exercício social corrente nas informações financeiras de 31 de março de 2015, e que foram elaboradas conforme os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, exigíveis pela legislação societária, desde a data das referidas demonstrações financeiras até a data desta Escritura, não sofreu qualquer alteração significativa que possa resultar em Efeito Material Adverso, conforme definido abaixo, ou em prejuízo aos Debenturistas;
- (e) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;
- (f) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura não infringem ou contrariam: (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (2) exceto pelas garantias prestadas na Emissão, criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (3) rescisão de

qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (g) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (h) (i) em seu melhor conhecimento e opinião, após devida averiguação, não há riscos ou questões materiais, sociais ou ambientais relevantes em relação às Debêntures e/ou à aquisição de Direitos Creditórios; e (ii) não recebeu nem está ciente de: (1) qualquer ameaça ou queixa, ordem, diretiva, reclamação, citação ou notificação existente de qualquer autoridade governamental (incluindo qualquer órgão governamental, autarquia, entidade ou membro do Poder Judiciário, Poder Executivo ou Legislativo e/ou agência governamental, banco central ou tribunal); ou (2) qualquer comunicação escrita por qualquer pessoa sobre falha por qualquer mutuário subjacente a qualquer Direito Creditório para realizar suas operações e atividades de acordo com as Obrigações Sociais e Ambientais;
- (i) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um Efeito Material Adverso (conforme abaixo definido) além daqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras e/ou nas suas informações trimestrais;
- (j) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.7 desta Escritura;
- (k) não há qualquer ligação com o Agente Fiduciário, bem como não tem conhecimento de fato, que o impeça de exercer plenamente suas funções com relação às Debêntures, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

- (l) não há quaisquer títulos de emissão da Emissora ou sacados contra a Emissora que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados;
- (m) as informações durante toda a Oferta Restrita são corretas, verdadeiras, suficientes e precisas, de modo a permitir ao investidor tomar uma decisão fundamentada acerca da subscrição das Debêntures;
- (n) não omitiu ou omitirá fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Material Adverso ou em prejuízo aos Debenturistas;
- (o) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes;
- (p) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil");
- (q) a Emissora tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (r) todos os bens e direitos objeto dos Contratos de Cessão Fiduciária são e, no caso dos Direitos Creditórios, serão após cada aquisição, de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade, e se encontrarão, após cada aquisição de Direitos Creditórios e após a implementação da Condição Suspensiva relativa a cada uma das Séries das Debêntures, livres e desembaraçados de quaisquer constrições ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados pelos Contratos de Cessão Fiduciária;
- (s) está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- (t) os seus administradores têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram a sua emissão;
- (u) é pessoa sofisticada e tem conhecimento e experiência, assim como seus administradores, em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;

- (v) não é titular de quaisquer bens além dos Direitos Creditórios objeto das Garantias e dos recursos depositados nas contas mencionadas no item 4.18.1 acima, exceto pelos direitos creditórios adquiridos no âmbito da sua 1ª (primeira) e 2ª (segunda) emissão de debêntures;
- (w) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto: (i) pelo registro das Debêntures junto ao MDA e o CETIP21, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação; (ii) pelo arquivamento, na JUCESP, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora que aprovaram a Emissão e a Oferta Restrita; e (iii) pela inscrição desta Escritura e de seus aditamentos perante a JUCESP;
- (x) não cometeu ou esteve engajada, nem qualquer sociedade controladora direta ou indireta da Emissora, sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora ou sob controle comum a Emissora, nem qualquer pessoa (física ou jurídica ou universalidade de direitos) agindo em seu nome ou em seu interesse, cometeu ou esteve engajada, com relação às Debêntures, em qualquer Prática Sancionável;
- (y) não é parte, nem qualquer pessoa (física ou jurídica ou universalidade de direitos) agindo em seu nome ou em seu interesse, é parte em qualquer transação ou se envolveu em qualquer atividade proibida por qualquer resolução emitida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas no Capítulo VII da Carta da ONU;
- (z) manter seu registro de companhia aberta atualizado perante a CVM;
- (aa) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado; e
- (bb) não realizou, nem qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora, nem qualquer pessoa (física ou jurídica ou universalidade de direitos) agindo em seu nome ou em seu interesse, cujos atos poderiam incorrer em responsabilidade de terceiros pela Emissora ou qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora, realizou qualquer ação ou cometeu qualquer omissão que poderia resultar na aplicação de sanções penais na Emissora ou qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora.

8.2. Para fins desta Cláusula e das demais disposições desta Escritura, conforme aplicável, "Efeito Material Adverso" significa: qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora, que modifique adversamente a

condição econômica, financeira, jurídica, operacional ou de qualquer outra natureza que afete ou que possa razoavelmente afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes dos documentos da Emissão e da Oferta Restrita.

8.3. A Emissora obriga-se a notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

8.4. As Partes declaram estar cientes que a cessão Direitos Creditórios não foi e não será registrada perante a C3 – Central de Cessão de Crédito do Banco Central do Brasil e, portanto, não será passível de enquadramento perante suas regras e resoluções.

CLÁUSULA IX – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Avenida Paulista, nº 1.499, 19º andar, Bela Vista

CEP 01311-200, São Paulo – SP

At.: Departamento de Gestão

Telefone: (11) 3047-1010

Fac-símile: (11) 3054-2545

E-mail: gestaodeb@renovabr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, sala 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca

CEP 22640-100, Rio de Janeiro – RJ

At.: Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

E-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br; e ger2.agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setúbal, Parque Jabaquara
CEP 04344-902, São Paulo – SP

At.: Danilo Nanni Korla

Telefone: (11) 5029-1602

E-mail: danilo.korla@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar – parte, Itaim Bibi

CEP 04538-132, São Paulo – SP

At.: Danilo Nanni Korla

Telefone: (11) 5029-1602

E-mail: danilo.korla@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001, São Paulo – SP

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para o International Finance Corporation:

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION

2121 Pennsylvania Avenue, N.W.

Washington, D.C. 20433

United States of America

At.: Regional Industry Head, Financial Institutions Group, Latin America and the Caribbean

Facsimile: +1 (202) 974-4872

Em caso de comunicação com relação a qualquer pagamento:

At.: Director, Financial Operations Department

Facsimile: +1 (202) 522-7419

Sempre com cópia para:

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION

Rua James Joules, nº 65, 19º andar

CEP 04576-080, São Paulo – SP

At.: Brazil's Country Manager

Facsimile: +55 (11) 5185-6890

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile e/ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes da presente Escritura, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.8. As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

CLÁUSULA XI – DA ARBITRAGEM

11.1. Sem prejuízo da possibilidade de os Debenturistas ou o Agente Fiduciário iniciarem no foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo: (i) execução por quantia certa fundada nas Debêntures; e (ii) a excussão das Garantias; as Partes enviaarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada às Debêntures ou a esta Escritura ("Controvérsia").

11.1.1. Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nas Debêntures, que serão substituídos pela arbitragem.

11.2. Observadas as exceções previstas no item 11.1 acima, as Partes desde já convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o regulamento de arbitragem em vigor do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal arbitral composto por três árbitros indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá o previsto nesta Escritura.

11.3. A Parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.

11.4. A recusa, por qualquer Parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.

11.5. A sentença arbitral será proferida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as Partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

11.6. As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As Partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das Partes à arbitragem.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

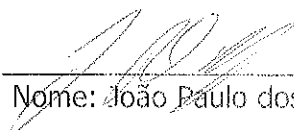
São Paulo, 16 de maio de 2016

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]

Handwritten signatures and marks, including a checkmark and a stylized signature.

(Página de Assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura em 3ª (terceira) forma de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Qualificada e convolada na Espécie com Garantia Real, em até 3 (três) meses, emitida pela Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.)

RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.



Nome: João Paulo dos Santos Pacifico

Cargo: Diretor Presidente

(Página de Assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada na Espécie com Garantia Real, em até 3 (três) Séries, da Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.)

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.**

Nome:
Cargo:

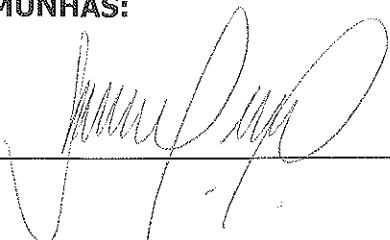

Sonia Regina Menezes
Procuradora

Nome:
Cargo:


Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador

(Página de Assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada na Espécie com Garantia Real, em até 3 (três) Séries, da Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.)

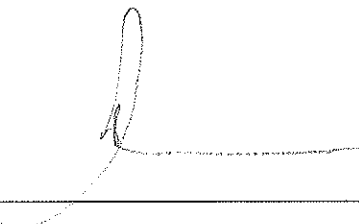
TESTEMUNHAS:



Nome:

RG: Aline Cristiane T. O. Morais
RG: 28.705.740-8 SSP/SP
CPF: 274.753.228-31

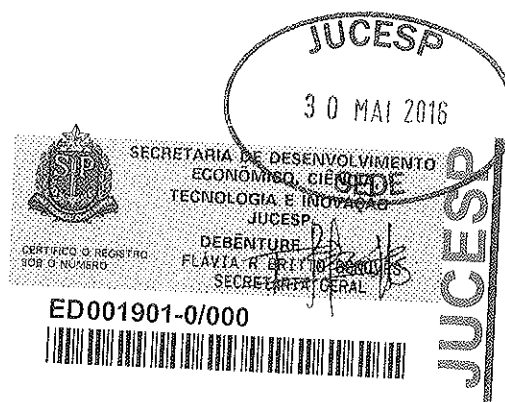
CPF:



Nome:

RG: Silvana A. M. do Nascimento
RG: 12.222.595-8 SSP/SP
CPF: 052.393.268-51

CPF:



ANEXO 1

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA PARA CONVOLAÇÃO DA ESPÉCIE DE CADA SÉRIE DAS DEBÊNTURES

[•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o código CVM nº 23744, categoria B, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.499, 19º andar, Bela Vista, CEP 01311-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.133.012/0001-12, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures da 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora (respectivamente, "Agente Fiduciário", "Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista", e, em conjunto com a Emissora, "Partes").

CONSIDERANDO QUE:

(i) as Partes celebraram, em [•] de [•] de 2016, o "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em até 3 (três) Séries, da RENOVA Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.*" ("Escritura"), o qual foi devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº [•] em [•]; e

(ii) o item 4.4.2.1 da Escritura prevê a autorização de celebração de um aditamento à Escritura, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, para formalizar e ratificar a

convolação da espécie das Debêntures de cada Série, de quirografária para a espécie com garantia real.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente "[●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em até 3 três) Séries, da RENOVA Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A." ("[●] Aditamento"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste [●] Aditamento são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura. Todos os termos no singular definidos neste [●] Aditamento deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. As expressões "deste instrumento", "neste instrumento" e "conforme previsto neste instrumento" e palavras da mesma importância quando empregadas neste [●] Aditamento, a não ser que de outra forma exigido pelo contexto, referem-se a este [●] Aditamento como um todo e não a uma disposição específica deste [●] Aditamento, e referências à cláusula, subcláusula, adendo e anexo estão relacionadas a este [●] Aditamento a não ser que de outra forma especificado. Todos os termos definidos neste [●] Aditamento terão as definições a eles atribuídas neste instrumento quando utilizados em qualquer certificado ou documento celebrado ou formalizado de acordo com os termos aqui previstos.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste [●] Aditamento, todos os termos e condições da Escritura aplicam-se total e automaticamente a este [●] Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste instrumento.

2. ALTERAÇÕES

2.1. Por meio do presente Aditamento, em virtude do cumprimento da Condição Suspensiva relativa à [●] Série das Debêntures e a consequente convolação das Debêntures da [●] Série da espécie quirografária para a espécie com garantia real, as Partes concordam em alterar a redação da cláusula 4.4.1 da Escritura, incluindo cláusula 4.4.1.[●], que passará a vigor conforme abaixo:

"4.4.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei de Sociedades por Ações, a ser convolada na espécie com garantia real, nos termos do item 4.4.2. abaixo."

"4.4.1.[●]. Que em relação às Debêntures da [●] Série da Terceira Emissão, observado as condições do item 3.7.1. "(c)" da Escritura, a Emissora adquiriu os Direitos Creditórios no âmbito do [●], razão pela qual as Debêntures da [●] Série da

Terceira Emissão, passam a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei de Sociedade por Ações."

3. RATIFICAÇÕES

3.1. Todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente [●] Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito, nos termos em que se encontram redigidos.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Este [●] Aditamento deverá ser arquivado na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original deste [●] Aditamento, devidamente registrado na JUCESP, além de uma cópia para a CETIP, tempestivamente após a data de obtenção do referido registro.

4.2. Este [●] Aditamento é firmado em caráter irrevogável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

5. DA ARBITRAGEM

5.1. Sem prejuízo da possibilidade de os Debenturistas ou o Agente Fiduciário iniciarem no foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo: (i) execução por quantia certa fundada nas Debêntures; e (ii) a excussão das Garantias; as Partes enviaarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada às Debêntures ou a este [●] Aditamento ("Controvérsia").

5.1.1. Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nas Debêntures, que serão substituídos pela arbitragem.

5.2. Observadas as exceções previstas na Cláusula 4.1 acima, as Partes desde já convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o regulamento de arbitragem em vigor do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal arbitral composto por três árbitros indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas deste [●] Aditamento e, na omissão, o disposto na

legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá o previsto neste [●] Aditamento.

5.3. A Parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.

5.4. A recusa, por qualquer Parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.

5.5. A sentença arbitral será proferida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as Partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

5.6. As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As Partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das Partes à arbitragem.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente [●] Aditamento em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [●] de [●] de 20[●]

[assinaturas]

Handwritten signatures and a checkmark.

ANEXO 2

MODELO DE ADITAMENTO

[•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o código CVM nº 23744, categoria B, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.499, 19º andar, Bela Vista, CEP 01311-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.133.012/0001-12, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures da 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora (respectivamente, "Agente Fiduciário", "Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista", e, em conjunto com a Emissora, "Partes").

CONSIDERANDO QUE:

(i) as Partes celebraram, em [•] de [•] de 2016, o "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em até 3 (três) Séries, da RENOVA Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.*" ("Escritura"), o qual foi devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº [•] em [•]; e

(ii) os itens 3.5.2. e 4.6.4. da Escritura preveem a autorização de celebração de um aditamento à Escritura, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, para formalizar e ratificar a quantidade de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas em cada uma das Séries, bem como o Valor Total da Emissão.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente "[●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em até 3 três) Séries, da RENOVA Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A." ("[●] Aditamento"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste [●] Aditamento são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura. Todos os termos no singular definidos neste [●] Aditamento deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. As expressões "deste instrumento", "neste instrumento" e "conforme previsto neste instrumento" e palavras da mesma importância quando empregadas neste [●] Aditamento, a não ser que de outra forma exigido pelo contexto, referem-se a este [●] Aditamento como um todo e não a uma disposição específica deste [●] Aditamento, e referências à cláusula, subcláusula, adendo e anexo estão relacionadas a este [●] Aditamento a não ser que de outra forma especificado. Todos os termos definidos neste [●] Aditamento terão as definições a eles atribuídas neste instrumento quando utilizados em qualquer certificado ou documento celebrado ou formalizado de acordo com os termos aqui previstos.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste [●] Aditamento, todos os termos e condições da Escritura aplicam-se total e automaticamente a este [●] Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste instrumento.

2. ALTERAÇÕES

2.1. As Partes resolvem alterar o item 3.3.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$[●] ([●] reais) ("Valor Total da Emissão"), sendo que: (i) R\$[●] ([●] reais) foram integralizados na Primeira Série; (ii) R\$[●] ([●] reais) foram integralizados na Segunda Série; e (iii) R\$[●] ([●] reais) foram integralizados na Terceira Série."

2.2. As Partes resolvem alterar o item 3.5.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.5.1. Foram emitidas [●] ([●]) Debêntures, sendo que: (i) [●] ([●]) Debêntures foram subscritas e integralizadas na Primeira Série; (ii) [●] ([●]) Debêntures foram subscritas e integralizadas na Segunda Série; e (iii) [●] ([●]) Debêntures foram subscritas e integralizadas na Terceira Série."

3. RATIFICAÇÕES

3.1. Todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente [●] Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito, nos termos em que se encontram redigidos.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Este [●] Aditamento deverá ser arquivado na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original deste [●] Aditamento, devidamente registrado na JUCESP, além de uma cópia para a CETIP, tempestivamente após a data de obtenção do referido registro.

4.2. Este [●] Aditamento é firmado em caráter irrevogável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

5. DA ARBITRAGEM

5.1. Sem prejuízo da possibilidade de os Debenturistas ou o Agente Fiduciário iniciarem no foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo: (i) execução por quantia certa fundada nas Debêntures; e (ii) a excussão das Garantias; as Partes enviarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada às Debêntures ou a este [●] Aditamento ("Controvérsia").

5.1.1. Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nas Debêntures, que serão substituídos pela arbitragem.

5.2. Observadas as exceções previstas na Cláusula 4.1 acima, as Partes desde já convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o regulamento de arbitragem em vigor do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal arbitral composto por três árbitros indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas deste [●] Aditamento e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá o previsto neste [●] Aditamento.

5.3. A Parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.

5.4. A recusa, por qualquer Parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.

5.5. A sentença arbitral será proferida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as Partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

5.6. As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As Partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das Partes à arbitragem.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente [●] Aditamento em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [●] de [●] de 20[●]

[assinaturas]

ANEXO 3

PLANILHA DE CUSTOS (VALORES ESTIMADOS)

(A) CUSTOS DA EMISSÃO E DA OFERTA RESTRITA:

Emissão das Debêntures	Valor (R\$ ou %)	Observações
Publicações	10.000	
Assessor legal	90.000	
Registros CTD, Junta, etc.	11.000	
Custodiante/ Contas vinculadas (implantação)	20.000	
Banco Liquidante e Escriturador (implantação)	4.000	
Despesas gerais (<i>out-of-pocket</i>)	30.000	
CETIP (taxa pré registro)	80.000	
Fee de Estruturação e Distribuição	100.000	
Comissão de Estruturação de Emissão	0,05% sobre o valor de cada integralização	

(B) DESPESAS GERAIS DA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA:

Análise, Aquisição e Cobrança dos Créditos	Valor (R\$ ou %)	Observações
Prospecção de Créditos		
Taxa de participação/ CD Data Room	50.000	por lote
Análise de óbitos	0,15	Por CPF
Análise da carteira	3.000	Amostragem em 20.000 documentos
Custo inicial de cobrança		

✓
m
+
75

Análise de carteira	0,20	Por CPF/CNPJ
Notificação/Negativação.	9,88 para SP e 1,66 para demais estados conforme volume financeiro e preços pré-estabelecidos	Por CPF/CNPJ
Registro em cartório		Por operação
Enriquecimento de dados	0,10	Por CPF/CNPJ
Receptivo	700.000	Estimativa Mensal
Comissão e honorários das agências e escritórios de cobrança e demais custos de cobrança.	8% a 30% do valor bruto recuperado	Variável em função da faixa de atraso, rating e canal de cobrança.

Manutenção da Estrutura	Valor (R\$ ou %)	Observações
Remuneração de Manutenção (custo correspondente a todas as emissões de debêntures da Emissora)	33.000 ou 0,10% ao ano incidente sobre o somatório do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação referentes a todas as emissões de debêntures da Emissora, o que for maior, acrescido do valor fixo de 15.000, deduzindo os valores pagos à assessoria contábil e auditoria externa.	Mensais
Remuneração Extra do Agente de Cobrança	27.000 ou 0,10% ao ano incidente sobre o somatório do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, o que for maior.	Mensais
Contas vinculadas	6.000	Mensais por Conta

Auditoria externa	200.000	Estimativa Anual
Publicações	90.000	Estimativa Anual
Assessoria contábil	3.000	Estimativa Mensal
Agente fiduciário	30.000	Anuais por Emissão
Banco Liquidante e Escriturador	30.000	Anuais por Emissão
Cetip	% sobre valor atualizado da PU (tabela progressiva)	Mensais

✓
~
x

ANEXO 4

ORIENTAÇÕES ANTICORRUPÇÃO

O propósito dessas orientações é esclarecer o significado dos termos Práticas de Corrupção, Práticas Fraudulentas, Práticas Coercitivas, Práticas de Colusão e Práticas Obstrutivas, conforme definidos nos itens 1 a 5 abaixo.

1. Práticas de Corrupção

Uma “Prática de Corrupção” corresponde ao oferecimento, entrega, recebimento ou solicitação, direta ou indiretamente, de qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte.

Interpretação

- A. Práticas de Corrupção são entendidas como propinas e subornos. A conduta em questão deve envolver o uso de meios impróprios (como suborno) para violar ou derrogar um dever por parte do beneficiário para que o pagador obtenha vantagem indevida ou para evitar uma obrigação. Violações a práticas antitrustes, ao mercado mobiliário ou outras violações da lei que não são desta natureza são excluídas da definição de práticas de corrupção.
- B. Fica reconhecido que os contratos de investimento estrangeiro, concessões e outros tipos de contratos em geral exigem que os investidores façam contribuições para os fins de desenvolvimento social de boa-fé ou fornecer recursos para infraestrutura não relacionada ao projeto. De forma semelhante, os investidores com frequência devem fazer ou se espera que eles façam contribuições para obras beneficentes locais de boa-fé. Essas práticas não são vistas como Práticas de Corrupção para os fins destas definições, na medida em que forem permitidas segundo as leis locais e divulgadas de maneira completa nos livros e registros do pagador. De forma semelhante, um investidor não será responsável por Práticas de Corrupção ou Fraudulentas cometidas por pessoas jurídicas que administrem fundos de desenvolvimento social ou contribuições beneficentes de boa-fé.
- C. No contexto de conduta entre partes privadas, a oferta, entrega, recebimento ou solicitação de entretenimento ou presentes corporativos que sejam habituais de acordo com padrões do setor internacionalmente aceitos não constituirão Práticas de Corrupção, a menos que o ato viole as leis aplicáveis.
- D. O pagamento por pessoas do setor privado de despesas razoáveis de viagem e entretenimento de representantes do governo que sejam consistentes com a prática existente segundo as leis pertinentes e as convenções internacionais não será considerado Prática de Corrupção.
- E. O Grupo do Banco Mundial não aceita pagamentos de facilitação. Para os fins de implementação, a interpretação de Práticas de Corrupção relacionada a pagamentos

de facilitação considerará as leis pertinentes e as convenções internacionais relacionadas à corrupção.

2. Práticas Fraudulentas

Uma “Prática Fraudulenta” corresponde a qualquer ato ou omissão, inclusive declaração falsa, que de uma maneira consciente ou negligente iluda ou tente iludir uma parte a obter benefício financeiro ou evitar uma obrigação.

Interpretação

A. Um ato, omissão ou declaração falsa será considerado como negligente se for feito com indiferença quanto a ser verdadeira ou falsa. A mera inexatidão nessas informações, cometida por meio de simples negligência, não será suficiente para constituir uma Prática Fraudulenta para fins desta Escritura.

B. As Práticas Fraudulentas têm o intuito de cobrir atos ou omissões que sejam direcionados a ou contra uma entidade do Grupo do Banco Mundial. Também incluem Práticas Fraudulentas direcionadas ou contrárias a um país-membro do Grupo do Banco Mundial com relação a uma concessão ou implementação de contrato governamental ou concessão em um projeto financiado pelo Grupo do Banco Mundial. As fraudes sobre outros terceiros não são aceitas, mas não são sancionadas de forma específica em operações do IFC, MIGA ou PRG. De forma semelhante, outros comportamentos ilegais não serão aceitos, mas não serão considerados Práticas Fraudulentas para os fins desta Escritura.

3. Práticas Coercitivas

Uma “Prática Coercitiva” significa impedir ou prejudicar, ou ameaçar impedir ou prejudicar, direta ou indiretamente, qualquer parte de forma a influenciar inadequadamente os atos de uma parte.

Interpretação

A. As Práticas Coercitivas são atos praticados para os fins de fraude a licitação ou em relação à aquisição pública ou contratação com o governo ou durante o decorrer de uma Prática de Corrupção ou Prática Fraudulenta.

B. As Práticas Coercitivas são atos ilegais efetivos ou ameaçados, como lesão corporal ou rapto, danos materiais, ou prejuízo a participações legalmente reconhecíveis para obter vantagem indevida ou evitar uma obrigação. Não tem intuito de cobrir negociação difícil, exercício de recursos jurídicos ou contratuais ou ações judiciais.

4. Práticas de Colusão

Uma “Prática de Colusão” é um acordo entre duas ou mais partes feito para alcançar um objetivo inadequado, inclusive influenciar de forma inadequada atos de outra parte.

Interpretação

As Práticas de Colusão são atos praticados para os fins de fraude a licitação ou com relação à aquisição pública ou contratação governamental ou para fins de Prática de Corrupção ou Prática Fraudulenta.

5. Práticas Obstrutivas

Uma "Prática Obstrutiva" constitui: (i) a destruição, falsificação, alteração ou obliteração deliberada de prova substancial para investigação ou efetivação de declarações falsas a investigadores para impedir substancialmente uma investigação do Grupo do Banco Mundial sob alegações de Prática de Corrupção, Fraudulenta, Coercitiva ou de Colusão, e /ou ameaça, assédio ou intimidação de qualquer parte para impedi-la de divulgar seu conhecimento de questões pertinentes à investigação ou de prosseguir com a investigação; ou (ii) atos com o intuito de impedir substancialmente o exercício de acesso do IFC às informações contratualmente exigidas com relação à investigação do Grupo do Banco Mundial sob alegações de Prática de Corrupção, Fraudulenta, Coercitiva ou de Colusão.

Interpretação

Qualquer ato legalmente ou de outra forma praticado de maneira adequada por uma parte para manter ou preservar seus direitos regulatórios, legais ou constitucionais, como sigilo entre cliente e advogado, independente de o ato ter o efeito de impedir uma investigação, não constituirá uma Prática Obstrutiva.

INTERPRETAÇÃO GERAL

As pessoas não devem ser responsáveis por atos praticados por terceiros não relacionados, a menos que a primeira parte tenha participado do ato proibido em questão.